



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EMERSON SPINELLI R. JÚNIOR

**O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO WEBERIANO E SCHUMPETERIANO SOBRE
AS ENTIDADES EMPREENDEDORAS, A PARTIR DA PESQUISA DO GLOBAL
ENTREPRENEURSHIP MONITOR - BRASIL 2010**

VITÓRIA DA CONQUISTA
2011

EMERSON SPINELLI R. JR

**O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO WEBERIANO E SCHUMPETERIANO SOBRE
AS ENTIDADES EMPREENDEDORAS, A PARTIR DA PESQUISA DO GLOBAL
ENTREPRENEURSHIP MONITOR - BRASIL 2010**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do curso de Bacharelado em
Economia da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia.

Orientador: Prof. Marco Antônio A. Longinhos

VITÓRIA DA CONQUISTA
2011

EMERSON SPINELLI R. JR

**O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO WEBERIANO E SCHUMPETERIANO SOBRE
AS ENTIDADES EMPREENDEDORAS, A PARTIR DA PESQUISA DO GLOBAL
ENTREPRENEURSHIP MONITOR - BRASIL 2010**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Bacharelado em Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aprovada em 07 / 10 / 2011

Prof. Marco Antônio A. Longinhos
Orientador

Profa. Delza Rodrigues de Carvalho

Prof. Ronan Santos Soares

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo fazer uma análise sobre as características empreendedoras contemporâneas, presentes em pesquisa da GEM (Monitor Global de Empreendedorismo) Brasil (2010), e contrapô-las às obras de Max Weber e Joseph A. Schumpeter, que tratam respectivamente de Protestantismo, Capitalismo e Dinâmica Contemporânea Capitalista. A partir da obra de Weber, busca-se compreender como países capitalistas do norte da Europa conseguiram ampliar a riqueza e o nível de bem-estar da população, com maior evidência a partir do século XIX. Por meio de Schumpeter, serão avaliadas as condições importantes ao desenvolvimento do Capitalismo contemporâneo a partir da ação empreendedora. A Pesquisa do Grupo da GEM, uma organização composta por universidades e instituições com o propósito de coletar dados, demonstra quais são os pontos em que os países tendem a ser mais empreendedores. O fato de muitos possuírem baixos índices de qualificação em áreas como educação e renda é relatado individualmente por esta pesquisa, mas esta monografia contará apenas com alguns deles, em especial o Brasil. Após averiguar os dados obtidos da GEM Global, surgem algumas possíveis respostas para o problema do empreendedorismo no Brasil; um deles é a baixa característica inovadora no mercado, que pode ser explicada por falta de investimento em setores básicos da economia, como educação, e pela falta de um planejamento de políticas públicas bem fundamentadas. Como a obra de Weber aborda o indivíduo como a chave para o impacto das atitudes éticas protestantes sobre o mercado, utiliza-se do conhecimento schumpeteriano sobre o empreendedor para delimitar a possível relação entre o comportamento protestante com as instituições inovadoras. Para tanto, será feita uma análise do asceticismo protestante originário no século XV, analisando suas implicações para o século XIX, bem como a sua relação com o empreendedor inovador da atualidade. Para tanto, tem-se como ponte o método aplicado pelas instituições capitalistas contemporâneas, salientando também um estudo de caso qualitativo para avaliar comparativamente a pesquisa de GEM Brasil 2010 e os reais interesses empreendedores coletados de certo grupo de protestantes na cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Palavras-chave: Empreendedor. Investimento. Protestantismo. Ascese. Inovador.

ABSTRACT

This monograph has objective to make an analysis of the contemporary entrepreneurial characteristics, present in search of GEM (Global Entrepreneurship Monitor) Brazil (2010), and oppose them the works of Max Weber and Joseph A. Schumpeter dealing respectively Protestantism, Capitalism and Contemporary Capitalist Dynamics. From the work of Weber, we seek to understand how the capitalist countries of northern Europe were able to increase the level of wealth and well-being of the population, more evidence from the nineteenth century. Through Schumpeter, will assess the conditions important to the development of contemporary capitalism from the entrepreneurial action. The GEM Research Group, an organization composed of universities and institutions with the purpose of collecting data, which shows through the data points are the countries that tend to be more enterprising. The fact that many have low levels of qualifications in areas such as education and income is reported individually by this research, but this monograph is to contain only some of them, especially Brazil. After ascertaining the data obtained from GEM Global arise some possible answers to the problem of entrepreneurship in Brazil, one of these problems is the low market innovative feature, which can be explained by lack of investment in basic sectors of the economy such as education and planning public policies for well-founded. As Weber's work addresses the individual as the key to the impact of Protestant ethical attitudes about the market, it uses knowledge about the Schumpeterian entrepreneur to delimit the possible relationship between the behavior with the Protestant innovative institutions. To this end, an analysis will be made between the Protestant asceticism originated in the fifteenth century with its implications for the nineteenth century and today's innovative entrepreneur, with the bridge on the method used by contemporary capitalist institutions, also noting a qualitative case study to benchmark between GEM research in 2010 Brazil and the real interests of entrepreneurs gathered a certain group of Protestants in the city of Vitoria da Conquista, Bahia.

Keywords: Entrepreneur. Investment. Protestantism. Asceticism. Innovative.

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A ORIGEM DO PROTESTANTISMO	16
CAPÍTULO II - A INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO SOBRE O CAPITALISMO SEGUNDO MAX WEBER.....	18
2.1 WEBER E SUA AVALIAÇÃO DOS LUTERANOS, CALVINISTAS E PURITANOS	21
2.1.1 O Calvinismo.....	26
2.1.2 O Pietismo	27
2.1.3 O Metodismo.....	28
2.1.4 As Seitas Batistas	28
2.2 O ASCETICISMO E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO DE WEBER	30
2.3 A DINÂMICA DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, SEGUNDO O PENSAMENTO WEBERIANO.....	31
CAPÍTULO III - O EMPREENDEDORISMO DAS INSTITUIÇÕES SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER, VEBLEN E OS NOVOS SHUMPETERIANOS	36
3.1 O EMPREENDEDOR SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER E VEBLEN.....	36
3.2 OS NOVOS SCHUMPETERIANOS.	39
3.3 O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SEGUNDO A PESQUISA DO GLOBAL EMTPRENEURSHIP MONITOR (GEM).	44
Tabela 1- Medo do fracasso - Brasil 2010.....	47
Tabela 2 - Empreendedores iniciais e nascentes, segundo razão entre oportunidade e necessidade – Brasil – 2002:2010	48
Tabela 3 - Empreendedores iniciais segundo escolaridade – Brasil - 2002:2010 – Proporção (%).	49
Tabela 4 - Empreendedores iniciais segundo motivação e escolaridade – Brasil – 2010 – Taxas (%).	49
Tabela 5 - Empreendedores iniciais segundo motivação e renda – Brasil – 2010 – Taxas (%).	50
Tabela 6 - Empreendedores iniciais segundo conhecimento do produto ou serviço – Brasil – 2010.....	51
Tabela 7 - Conhecimento do produto ou serviço dos empreendedores iniciais segundo grau de escolaridade Brasil – 2010	51
Tabela 8 - Inovação na atividade empreendedora em estágio inicial, 2008–2010.	53
3.4 LIMITAÇÕES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL.....	55
Tabela 9 - Fatores limitantes ao empreendedorismo mais citados pelos especialistas 2002 a 2010 – perguntas abertas.....	55
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO	61
Tabela 10 - A atividade empreendedora da instituição protestante por gênero e escolaridade.....	61
Tabela 11 - A atividade empreendedora da instituição protestante por incentivo da renda	62
Tabela 12 - A atividade empreendedora da instituição protestante por capital e empréstimo	63
Tabela 13 – A atividade empreendedora da instituição protestante e intenção em contratação	63
Tabela 14 - A atividade empreendedora da instituição protestante por dificuldade individual e do governo	64
Tabela 15 - A atividade inovadora.	66
CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E ASCETICISMO PROTESTANTE	66
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS.....	78
A REFORMA PROTESTANTE - O PRINCÍPIO DA REFORMA (1324-1459). Disponível em: < http://protestantismo.ieadcg.com.br/reforma/principio_reforma.htm >. Acesso em: 30 nov. 2009.....	78

O QUE FOI A REFORMA PROTESTANTE? Disponível em: < http://www.gotquestions.org/portugues/Reforma-Protestante.html >. Acesso em: 30 nov. 2009.....	79
OS FATORES QUE DESENCADARAM A REFORMA. Disponível em: < http://www.portalbrasil.net/religiao_protestantismo.htm >. Acesso em: 30 nov. 2009.	79
ANEXOS	81

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A ORIGEM DO PROTESTANTISMO	16
CAPÍTULO II - A INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO SOBRE O CAPITALISMO SEGUNDO MAX WEBER	18
2.1 WEBER E SUA AVALIAÇÃO DOS LUTERANOS, CALVINISTAS E PURITANOS	21
2.1.1 O Calvinismo.....	26
2.1.2 O Pietismo	27
2.1.3 O Metodismo.....	28
2.1.4 As Seitas Batistas	28
2.2 O ASCETICISMO E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO DE WEBER	30
2.3 A DINÂMICA DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, SEGUNDO O PENSAMENTO WEBERIANO.....	31
CAPÍTULO III - O EMPREENDEDORISMO DAS INSTITUIÇÕES SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER, VENABLE E OS NOVOS SCHUMPETERIANOS	36
3.1 O EMPREENDEDOR SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER E VENABLE.....	36
3.2 OS NOVOS SCHUMPETERIANOS.	39
3.3 O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SEGUNDO A PESQUISA DO GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM).	44
Tabela 1- Medo do fracasso - Brasil 2010.....	47
Tabela 2 - Empreendedores iniciais e nascentes, segundo razão entre oportunidade e necessidade – Brasil – 2002:2010	48
Tabela 3 - Empreendedores iniciais segundo escolaridade – Brasil - 2002:2010 – Proporção (%).	49
Tabela 4 - Empreendedores iniciais segundo motivação e escolaridade – Brasil – 2010 – Taxas (%).	49
Tabela 5 - Empreendedores iniciais segundo motivação e renda – Brasil – 2010 – Taxas (%).	50
Tabela 6 - Empreendedores iniciais segundo conhecimento do produto ou serviço – Brasil – 2010.....	51
Tabela 7 - Conhecimento do produto ou serviço dos empreendedores iniciais segundo grau de escolaridade Brasil – 2010	51
Tabela 8 - Inovação na atividade empreendedora em estágio inicial, 2008–2010.	53
3.4 LIMITAÇÕES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL.....	55
Tabela 9 - Fatores limitantes ao empreendedorismo mais citados pelos especialistas 2002 a 2010 – perguntas abertas.....	55
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO	61
Tabela 10 - A atividade empreendedora da instituição protestante por gênero e escolaridade.....	61
Tabela 11 - A atividade empreendedora da instituição protestante por incentivo da renda	62
Tabela 12 - A atividade empreendedora da instituição protestante por capital e empréstimo	63
Tabela 13 – A atividade empreendedora da instituição protestante e intenção em contratação	63
Tabela 14 - A atividade empreendedora da instituição protestante por dificuldade individual e do governo	64
Tabela 15 - A atividade inovadora.	66
CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E ASCETICISMO PROTESTANTE	66
Figura 1 - Percentual de atividade empresarial em estágio inicial com novos produtos ou novos mercados, 2004-2009.	68
Figura 2 - Porcentagem de protestantes.	69
Figura 3 - Porcentagem da população católica.....	70
Figura 4 - Taxa de empreendedorismo.....	70

Figura 5 - Quantidade de Capital Informal, em porcentagem do PIB per Capita.	73
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS.....	78
A REFORMA PROTESTANTE - O PRINCÍPIO DA REFORMA (1324-1459). Disponível em: < http://protestantismo.ieadcg.com.br/reforma/principio_reforma.htm >. Acesso em: 30 nov. 2009.....	78
O QUE FOI A REFORMA PROTESTANTE? Disponível em: < http://www.gotquestions.org/portugues/Reforma-Protestante.html >. Acesso em: 30 nov. 2009.....	79
OS FATORES QUE DESENCADARAM A REFORMA. Disponível em: < http://www.portalbrasil.net/religiao_protestantismo.htm >. Acesso em: 30 nov. 2009.	79
SWEDBERG, Richard. Principles of economic sociology. Disponível em: < http://press.princeton.edu/chapters/s7525.html >. Acesso em: 18 jul. 2011.	80
ANEXOS	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBPQ	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
ONU	Organização das Nações Unidas
UNDP	Human Development Reports

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A ORIGEM DO PROTESTANTISMO	16
CAPÍTULO II - A INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO SOBRE O CAPITALISMO SEGUNDO MAX WEBER.....	18
2.1 WEBER E SUA AVALIAÇÃO DOS LUTERANOS, CALVINISTAS E PURITANOS	21
2.1.1 O Calvinismo.....	26
2.1.2 O Pietismo	27
2.1.3 O Metodismo.....	28
2.1.4 As Seitas Batistas	28
2.2 O ASCETICISMO E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO DE WEBER	30
2.3 A DINÂMICA DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, SEGUNDO O PENSAMENTO WEBERIANO.....	31
CAPÍTULO III - O EMPREENDEDORISMO DAS INSTITUIÇÕES SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER, VENBLEN E OS NOVOS SHUMPETERIANOS	36
3.1 O EMPREENDEDOR SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER E VEBLEN.....	36
3.2 OS NOVOS SCHUMPETERIANOS.	39
3.3 O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SEGUNDO A PESQUISA DO GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM).	44
3.4 LIMITAÇÕES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL.....	55
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO	61
CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E ASCETICISMO PROTESTANTE	66
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS.....	78
A REFORMA PROTESTANTE - O PRINCÍPIO DA REFORMA (1324-1459). Disponível em: < http://protestantismo.ieadcg.com.br/reforma/principio_reforma.htm >. Acesso em: 30 nov. 2009.....	78
O QUE FOI A REFORMA PROTESTANTE? Disponível em: < http://www.gotquestions.org/portugues/Reforma-Protestante.html >. Acesso em: 30 nov. 2009.....	79
OS FATORES QUE DESENCADARAM A REFORMA. Disponível em: < http://www.portalbrasil.net/religiao_protestantismo.htm >. Acesso em: 30 nov. 2009.	79
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

Uma ação desestabilizadora no ciclo natural econômico está na capacidade de influenciar os instrumentos produtivos de mercado. Essa colocação está ligada ao pensamento de Schumpeter (1997) sobre o fluxo circular econômico. Para ele, uma economia que está em constante evolução é aquela que altera constantemente os meios de gerar novos empreendimentos; esta ação desestabilizadora de mercado é denominada por Schumpeter como fator empreendedor. Para tanto, observando a existência de nações consideradas de alto desenvolvimento econômico que influenciam os mercados mundiais, é um fato que o Brasil vem se posicionado no mercado internacional como um país que oferece excelentes oportunidades de investimento. E isto requer da economia nacional elaborar uma estrutura forte na área comercial e empreendedora dando condições de receber os investimentos internacionais (KUPFER, 1996).

As instituições que controlam os ativos macroeconômicos e microeconômicos no Brasil vêm demonstrando ao mundo que existe um terreno favorável ao lucro, mesmo com a crise econômica global atingindo a maioria dos países economicamente desenvolvidos desde 2008. A moeda brasileira continua se valorizando no mercado internacional, o que aumenta a credibilidade com os investidores estrangeiros que procuram o Brasil para gerar novos empreendimentos. Entretanto os índices de escolaridade, distribuição de renda, políticas governamentais, investimento informal, entre outros, dizem que a nação brasileira ainda está muito atrás do que se apresenta. É essa situação que iremos avaliar ao longo dos capítulos desta monografia.

A ideia de empreendedorismo não foi iniciada por Schumpeter, ainda que tenha sido ele o autor que melhor explorou o tema. Antes dele, no século XIX, Max Weber (2007) fez estudos sobre a Reforma Protestante como fator transformador de ideias e objetivos dentro do mercado econômico. Países como Holanda, França, Inglaterra, Alemanha e regiões ao longo do rio Reno foram objeto de análise de Weber. Ele estudou as características empreendedoras dos adeptos da reforma, que mudaram seu comportamento e pensamentos sobre o objetivo de acumulação de capital. Para Weber, o Capitalismo possui um comportamento empreendedor por causa de um novo ideal individual que, nesse caso, é a qualificação por satisfação pessoal ou vocação. Weber coleta dados e informações dos indivíduos que foram influenciados pela reforma no século XIX e os analisa como fatores de transformação dentro da sociedade capitalista.

O tema que propõe esta monografia será discutido a partir da ótica e abordagem de Max Weber (2007). Na sua pesquisa, ele afirma que as pessoas, ao aderirem à Reforma Protestante, mudaram de comportamento, passaram a se dedicar mais ao trabalho e deixaram de efetuar gastos supérfluos, diferentemente dos católicos que continuaram a se dedicar a suas atividades com menor nível de empreendimento. Tal diferença se dá porque os católicos não entraram no processo de “comportamento protestante no meio secular”, chamado por ele de “asceticismo laico”.

É verdade que a maioria da população no Brasil é conhecida como católica, segundo dados do Departamento de Estado Americano (2008). Segundo a pesquisa da GEM 2010, o Brasil empreende com pouca inovação e quase nenhuma concorrência. Seria então o problema do Brasil, nesses aspectos, movido pela falta de uma experiência na Reforma Protestante ocorrida na Europa entre os séculos XVI e XIX? Salientamos que a Reforma apresentada por Weber (2007) foi o que alavancou o estado empreendedor no Capitalismo do século XIX.

Sabe-se que mudanças ocorrem devido a um movimento proveniente de uma ação em conjunto de instituições ou pessoas. A Reforma Protestante foi um movimento iniciado por alguns homens, em especial Martinho Lutero; tal movimento precisou se estruturar como instituição para que suas ideias e pensamentos fossem divulgados e estabilizados em vários países europeus. Então, procura esta pesquisa fazer um levantamento sobre a capacidade empreendedora após a Reforma Protestante iniciada em 1517 por Lutero, apresentada aqui pela visão de Max Weber no livro “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”. Além disso, apresenta-se a ação empreendedora abordada por Schumpeter e pelos neo-schumpeterianos na estruturação de instituições capazes de ordenar o fluxo de mudança necessária para o empreendedorismo. Salientando que a inovação é uma ação desestabilizadora de mercado, segundo Schumpeter (1997), pode-se dizer que o país que estiver à frente, nesse quesito, tem condições de determinar o rumo das negociações comerciais.

Em síntese, a análise em questão busca estabelecer uma ligação teórica entre o empreendedorismo apresentado por Weber e a pesquisa apresentada pela GEM Brasil (2010). A argumentação teórica para tal ligação está no conceito apresentado por Schumpeter, pelos neo-schumpeterianos e pelos institucionalistas. A partir do levantamento teórico sobre o empreendedorismo, os conceitos sobre uma organização tornam-se mais claros para se realizar uma interpretação dos fatos empreendedores na visão de Weber e da atual conjuntura empreendedora no Brasil. Já que uma organização religiosa pode ser vista como uma

instituição que elabora regras e padrões de comportamento humano, o questionamento que se faz sobre a problemática é: países que não passaram pela reforma religiosa protestante acabaram por adquirir um comportamento similar aos católicos e isto refletiu em comportamentos de mercado com menores índices de empreendedorismo?

O objetivo central da pesquisa é: analisar a atual condição do empreendedorismo no Brasil, mais especificamente na cidade de Vitória da Conquista, por meio da pesquisa do GEM, avaliada através do pensamento weberiano e schumpeteriano.

São objetivos específicos: a) Verificar o relato de Weber sobre as mudanças de ideais e comportamentais ocorridas após a Reforma Protestante nos países por ele mencionado e finalizar com uma análise da sua obra, focando no objetivo desta monografia; b) Fazer um levantamento teórico sobre o empreendedorismo, sob a ótica de Schumpeter e de seus sucessores na área institucional; c) Realizar um estudo comparativo entre a obra de Weber e Schumpeter, traçando suas possíveis relações. d) Levantar dados sobre a situação empreendedora no Brasil provenientes da pesquisa da GEM Global (2008, 2009), GEM Brasil (2010), Departamento de Estado Americano, Ministério da Ciência e Tecnologia Brasileiro e Human Development Reports (UNDP); e) Realizar uma pesquisa de campo de caráter qualitativo para avaliar os interesses empreendedores da instituição protestante em Vitória da Conquista, na Bahia; f) Comparar o “asceticismo laico” protestante (comportamento protestante no meio secular) na ótica de Weber com o resultado obtido através dos dados empreendedores da GEM e outras fontes apresentadas nesta pesquisa para os países protestantes e não protestantes.

A partir desses objetivos, tem-se como hipóteses: a) O empreendedorismo no Brasil não se desenvolveu substancialmente se comparado a outros países de mesmo porte econômico, devido a uma falta de reforma no comportamento ou ideal religioso no país, resultado este que pode ser mais bem avaliado com base no estudo de caso realizado em Vitória da Conquista, na Bahia; b) As alterações no mercado empreendedor são normatizadas e delimitadas por políticas econômicas favoráveis à inovação, sendo que os investimentos e a dedicação das instituições em gerar uma mudança no posicionamento empreendedor de cada indivíduo dependem da ativação em sua vocação e no surgimento de novas ideias e pensamentos.

A monografia está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se o como a Reforma Protestante se desenvolveu ao longo do século XVI, relatando sua ideologia quanto à fé luterana separatista do catolicismo romano. Assim esse capítulo serve como base para a

apresentação do modelo de Weber sobre “*A ética protestante e o espírito do Capitalismo*”.

O segundo capítulo abordará a obra de Weber, expondo as ideias dos mais importantes líderes que influenciaram e ajudaram no desencadeamento da Reforma Protestante. Nessa parte, se avalia como as práticas de conduta protestante repercutiram no mercado de trabalho; também se discute o espírito do Capitalismo apresentado por Weber, que observou o primeiro período da Reforma no século XVI, em nações do hemisfério ocidental, onde o protestantismo foi aderido como ideal espiritual. Nesses locais, ocorreu o surgimento no número maior de trabalhadores especializados no norte da Europa, como Alemanha, Inglaterra, Noruega, etc., comparados a outros países como Itália, Espanha, Grécia e Portugal, e que não sofreram tanto o impacto da reforma. Segundo Weber, esse crescimento foi comprovado também no meio social, onde pessoas que aderiram ao protestantismo ou herdaram da família a crença, alcançaram padrões de vida melhores, ao passo que outras não.

A partir do terceiro capítulo, aborda-se o conceito de empreendedorismo, que é mais bem introduzido na teoria econômica por Joseph Schumpeter. Segundo ele, o homem empreendedor é aquele que busca gerar a “destruição criadora” no mercado, causando desequilíbrio no movimento do fluxo circular e impulsionando a maior atividade econômica. Ainda no terceiro capítulo, serão definidos os conceitos dos neo-schumpeterianos para inovação, a partir da abordagem das instituições como formadoras de empresas bem estruturadas no mercado econômico. Também será apresentado o estudo da GEM Brasil (2010), relatando os dados de países empreendedores com as dificuldades que apresentam o Brasil face ao mercado internacional. As definições apresentadas no terceiro capítulo reforçam a compreensão do fundamento das instituições como modelos de desenvolvimento na inovação do mercado, sabendo que a teoria de Max Weber realça o termo qualificação profissional. Assim podemos, de acordo com princípios epistemológicos, levar a uma convergência entre a pesquisa de Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e o pensamento de Weber.

No quarto capítulo, para comprovar a argumentação apresentada nos capítulos anteriores com os dados da GEM Brasil (2010), será realizada uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, onde setenta protestantes de uma instituição na cidade de Vitória da Conquista foram entrevistados, entre os dias “28 a 31 de Julho de 2011”, para responderem questões sobre suas aptidões empreendedoras. Esse período de escolha é importante por ser o momento de encontro de vários membros da instituição em um mesmo local. Questões como intenção de empreender nos próximos dois anos, escolaridade, gênero, renda, empréstimo,

capital, dificuldades de abrir negócios, barreiras governamentais e inovação serão abordadas com o intuito de realizar uma análise comparativa prática com os dados da GEM e com a argumentação teórica apresentada.

No quinto capítulo, serão utilizadas e discutidas as informações da GEM 2008-2009 e GEM Brasil de 2010, que é um estudo científico realizado internacionalmente pela Babson College nos Estados Unidos da América, Universidade de Desarrollo no Chile e London Business School na Inglaterra. Também serão utilizados dados da U.S. Department of State (2005-2008) e Human Development Reports (UNDP). O objetivo desta pesquisa é avaliar o nível de empreendedorismo de cada país; a análise é executada em diversos níveis da sociedade e com cidadãos de diferentes idades e classes, mas que estão diretamente ligados a novos empreendimentos abertos. Nesta pesquisa de campo, são questionados vários pontos como: escolaridade, renda, intenções em abrir seu próprio negócio, dificuldade de acesso a informações sobre empreendedorismo, entre outros pontos que são baseados em mais de 180 mil entrevistas realizadas entre maio e outubro de 2009 em 80 países. Além da pesquisa de campo, a GEM do Brasil utiliza-se de informações dadas pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), com apoio do Sebrae, Senai/PR, Sesi/PR, Universidade Positivo e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Utilizando os dados da GEM internacional e do Brasil se fará um pequeno estudo comparativo entre os maiores países protestantes e os países latino-americanos não protestantes com a finalidade de encontrar um paralelo entre empreendedorismo e reforma religiosa e de compreender o papel das instituições para que esse empreendedorismo se desenvolva.

Na conclusão, serão informadas quais as posições diante da problemática e as hipóteses sugeridas, refutando-as ou comprovando-as. Nesse ponto, as informações e as conclusões individuais de cada capítulo serão utilizadas para delimitar os fins desta pesquisa, esboçando um plano sugerido pela pesquisa para uma suposta solução da problemática do empreendedorismo no Brasil.

A partir das proposições colocadas por Weber, podem-se avaliar quais foram essas contribuições para as instituições capitalistas, já que, segundo dados levantados e relatados na respectiva monografia, há uma possível ligação entre ideologia espiritual e moral protestante com empreendimentos inovadores. Por esse motivo, interpretam-se, na conclusão, os princípios utilizados por Max Weber para sugerir o conceito de vocação trabalhista, a partir da Reforma Protestante, e como isso pode ou não ter influenciado no processo de inovação atual dos países.

CAPÍTULO I - A ORIGEM DO PROTESTANTISMO

Todos os movimentos conhecidos como protestantes derivam do protesto iniciado na Alemanha por Martinho Lutero, em 1517, contra as doutrinas católicas, denominado Reforma Protestante. Martinho Lutero fixou na porta da Igreja da cidade de Wittenberg suas famosas noventa e cinco teses contra a Igreja Católica, que lhe renderam a excomunhão em 1530. O movimento recebeu o nome de protestante devido ao fato de seus participantes terem protestado na “Dieta de Espira”, em 1529, contra o decreto que proibia a mudança na doutrina ou prática da Igreja Católica (MAGALHÃES, 1965).

Nos primeiros séculos, após ser perseguido veementemente pelo Império Romano, o Cristianismo, ao longo de um processo histórico, tornou-se uma das religiões oficiais do Império Romano. Esse evento aconteceu em meio a sucessões de fatos que culminaram em uma nova maneira de essa religião ser praticada (MAGALHÃES, 1965). A Igreja denominada Primitiva na fase inicial do Cristianismo foi sucedida, ao adentrar no Império Romano, pela Igreja Católica Romana. A união da igreja com o poder do Estado, no século IV d.C., desencadeou a manipulação das doutrinas do Cristianismo, visando interesses particulares tanto do império quanto do papado (KNIGHT; ANGLIN, 2005).

Segundo relatos de Knight e Anglin (2005) sobre a história da Igreja, a eclesía papal vinha se distanciando dos fundamentos e das doutrinas primárias da Igreja; alguns homens que compunham o próprio corpo eclesiástico da Igreja Católica começaram a questionar profundamente os meios que eram utilizados para ensinar sobre a salvação. Então focos de revolta contra o sistema religioso vigente começaram a aparecer; porém logo eram tomadas medidas severas e exemplares para contornar as ameaças e evitar que outros se rebelassem. Em contra-ataque, homens como John Huss na então Tchecoslováquia (século XVI), John Wycliffe, na Inglaterra e John of Wessel na Alemanha se martirizaram em prol da resolução da situação. O auge das manifestações se deu quando um monge católico romano, em sua terra natal, na Alemanha, chamado Martin Luther (Martinho Lutero) pregou 95 teses de sua autoria contra os ensinamentos da Igreja Católica Romana na porta da igreja do castelo de Wittenbert. A intenção inicial de Lutero era reformar a Igreja Católica - reestruturá-la conforme os moldes do Cristianismo. Com a resistência da Igreja Romana frente a esse manifesto, teve início o acontecimento histórico denominado Reforma Protestante.

Essa reforma, também conhecida como Reforma Religiosa, ocorreu no século XVI. Além de Lutero, outros reformadores protestantes, como Ulrich Zwingli e John Calvin (João

Calvino), se levantaram em diferentes partes do mundo com o objetivo de restaurar a Igreja e trazê-la de volta às suas origens bíblicas. Questões sobre salvação, autoridade religiosa, conceito de igreja e a verdadeira essência do viver cristão foram levantadas através desses personagens. As conclusões bíblicas sobre esses assuntos formavam o coração da Reforma. Elas eram a base de cinco pontos de doutrina que formavam opinião contrária à Igreja Católica Romana conhecida como “Cinco Solas da Reforma”, as quais foram defendidas por Lutero e seus reformadores (PORTELA, 2010, p. 2):

- 1- Sola Scriptura (somente a Escritura): Afirma que a Bíblia é a única autoridade para todos os assuntos de fé e prática. As Escrituras e somente as Escrituras são o padrão pelo qual todos os ensinamentos e doutrinas da igreja devem ser medidos. Esse ponto alicerçava os demais e não deixava espaço para os dogmas então impostos no Catolicismo;
- 2- Sola Gratia (somente a graça): Significa que a salvação acontece mediante a graça. Afirma a doutrina bíblica que a salvação se dá apenas pela graça de Deus e que nós somos resgatados da perdição apenas por Sua graça. A graça de Deus em Cristo não é meramente necessária, mas é a única causa eficiente da salvação. Esse ponto desmerecia a doutrina católica da venda de indulgências que a Igreja usava de subterfúgio para aumentar ainda mais suas riquezas;
- 3- Sola Fide (somente a fé): Reporta a doutrina bíblica de que a salvação ocorre somente pela fé. Ou seja, a doutrina bíblica de que a justificação se dá pela fé em Cristo somente. Esse ponto consolidava a conclusão bíblica de salvação somente pela graça;
- 4- Solus Christus (somente Cristo): afirma a doutrina bíblica que a salvação é encontrada somente em Cristo e que unicamente sua vida sem pecado e expiação substitutiva são suficientes para nossa justificação e reconciliação com Deus Pai. Esse ponto, juntamente com os demais, derrubava a teoria do papado de que cada cristão pecador poderia comprar o perdão da Igreja;
- 5- Soli Deo Gloria (glória somente a Deus): projeta a doutrina bíblica de que a salvação é de Deus e só pode ser alcançada para a Sua glória. Isso demonstra que os cristãos devem glorificá-Lo sempre e devem viver toda a sua vida perante a Sua face, sob a Sua autoridade. Esse ponto é uma arma de ataque contra a sucessão apostólica que, na visão dos católicos, dá à Igreja Católica Romana a singular autoridade que suplanta todas as demais denominações de igrejas. Essa “Sola” apenas reafirmou que o autoritarismo da Igreja Católica Romana estava se tornando insustentável.

Com o intuito de trazer a verdade a todo o povo sobre a fiel doutrina da Igreja, que

estava enredada mais em questões políticas e econômicas do que religiosas, essas doutrinas rebuscadas pelos reformadores, iniciadas no século XVI, também tiveram como interesse romper com toda limitação no crescimento do homem nos âmbitos social, intelectual, espiritual, econômico, que tanto Lutero confrontava na Eclésia. Dando a cada homem a ideia de que ele pode ter acesso a Deus individualmente, Lutero quebrava o preceito da Igreja Católica, a qual defendia que o homem individual não podia alcançar o perdão divino e que agora o povo podia pensar como líder, como influenciador, como gerente, como projetista, etc., tendo livre acesso à benção de Deus para os objetivos de suas respectivas vidas.

Sem o peso de condenação na consciência, o povo agora poderia caminhar prosperamente em prol de algo nobre para a sua vida e deixar uma herança de crescimento para a humanidade. Segundo Calvino (2003, p. 47), “por isso longe está de obscuro o fato de que os dotes com que somos prodigamente investidos de modo algum provêm de nós mesmos. Mais ainda, nem é nossa própria existência, na verdade, outra coisa senão subsistência no Deus único”.

De acordo com Weber (2007), o protestantismo desencadeou uma permeabilidade relevante no processo de transformação histórica. Isso perpetrou a conquista de novos paradigmas de relacionamento do ser humano com as questões econômico-político-sociais no período sucedido pelo Protestantismo, o que será visto adiante.

CAPÍTULO II - A INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO SOBRE O CAPITALISMO SEGUNDO MAX WEBER

O fator importante para se avaliar as consequências sociológicas da Reforma Protestante por meio das pesquisas de Max Weber está no fato de ele ser considerado o precursor da Sociologia Econômica e conhecedor da teologia moderna. A Sociologia Econômica é um ramo da Sociologia que busca entender a economia e o mercado a partir de fatores socioculturais, isto é, as relações sociais inseridas no mercado, as quais não visam somente a satisfação racional e utilitária de interesses individuais (SWEDBERG, 2007).

Formado em direito, mas também estudante de História, Economia, Filosofia e Teologia, o que lhe proporcionou conhecimento suficiente para ser um dos fundadores da Sociologia moderna, Weber escreveu a obra *“A ética protestante e o espírito do Capitalismo”* em 1905. Nela, relatou como a Reforma contribuiu qualitativamente para o desenvolvimento do Capitalismo durante todo o século XIX, através do incentivo institucional da eclesía protestante em incentivar seus membros à busca individual do seu chamado para contribuir com a sociedade.

A tese de Weber defende que as ideias religiosas têm uma importante influência sobre o desenvolvimento do espírito do Capitalismo. Nesse livro, ele descreve a relação entre o espírito do Capitalismo ocidental e a ética racional do protestantismo ascético. A relação que ele descreve é causal; seu ponto principal é de que as doutrinas da fé protestantes foram essenciais para a formação e fortalecimento do espírito moderno capitalista. Isso não quer dizer que o Capitalismo não poderia ter surgido sem essas doutrinas, mas Weber observa que os ideais ascéticos do Calvinismo influenciaram positivamente o sistema capitalista.

Embora seu foco seja a influência da Reforma Protestante, Weber também sugere que outros fatores socioeconômicos (como o desenvolvimento das cidades e a centralização da empresa produtiva) contribuíram para a criação do Capitalismo ocidental moderno. Ele escreve que o Capitalismo é, na verdade, um sistema baseado na contenção ou pelo menos em uma moderação racional da ganância. Mas a empresa capitalista tem por objetivo o lucro e, portanto, depende de duas condições: a disponibilidade de uma força de trabalho disciplinada e o investimento contínuo de capital. Weber destaca que as atitudes e comportamentos tradicionais (por exemplo, o desejo dos trabalhadores por tempo de lazer defronte altos salários e a tendência a gastar a riqueza ao invés de investi-la) são os adversários mais importantes do Capitalismo, porque vai de encontro às próprias condições necessárias para

sustentá-la, já que a inércia do tradicionalismo impede a expansão do Capitalismo. Weber (2007) sugere que o resultado do incentivo ao protestante de demonstrar sua fé está nas conquistas no meio secular. A certeza da salvação, portanto, é inseparável do conceito de vocação e a consequência dessa crença, escreve Weber, é um tipo racional de ascetismo.

O objetivo do ascetismo era viver uma vida inteligente, que não estava à mercê da própria emoção ou prazer impulsivo. Por isso, o ideal ascético fomentou o desenvolvimento do racionalismo. A combinação do ascetismo racional, que é o consumo limitado com sua acumulação de riqueza resultante, desde que o capital excedente seja para expandir o sistema econômico do Capitalismo, se constitui na base essencial sobre a qual o espírito do Capitalismo é fundado. Weber deixa claro em sua tese que ela se refere à origem do espírito do Capitalismo moderno; não se trata, portanto, do Capitalismo tal como existe hoje (WEBER, 2007).

De início, é o próprio Weber quem aparentemente se incumbe de absolutizar, tornar indiscutível, óbvio, a medida do que é moderno e do que é atrasado. Para Weber, o protestantismo ascético atualiza e radicaliza uma forma de consciência que já existia em semente desde a concepção de mundo helênica, na sua dimensão cognitiva, e no contexto do judaísmo antigo, na sua dimensão moral. Esta atualização refere-se ao princípio do controle racional do mundo à medida que este é desencantado. A ética protestante e o espírito do Capitalismo reflete precisamente o esforço de perceber a gênese desta revolução de consciência que equivaleria à maior transformação da história humana. A leitura que percebe a ética protestante interferindo apenas na ética do trabalho, ou seja, com efeitos apenas na esfera econômica da sociedade, não percebe a dimensão do livro. Trata-se aqui de uma "recriação" do mundo, no sentido mais forte, mais amplo e mais profundo deste termo: produz-se um novo racionalismo. Racionalismo cultural, para Weber, significa que todas as esferas da sociedade, assim como todas as ações individuais no contexto dessas, vão obedecer a um novo e ubíquo quadro de referência (SOUZA, 1998).

Para Souza (1998), dentro da concepção da teoria de Weber existiam dois cursos provenientes da instituição protestante: um se dava de “fora para dentro”, onde os parâmetros e as normas estabelecidas pela Reforma Protestante influenciavam e estabeleciam os padrões que classificavam os indivíduos como representantes da fé; outro se dava de “dentro para fora”, ou seja, a prática moral e disciplinada do comportamento humano determinava os caminhos para a vocação pessoal. Isso porque, para Weber, os ganhos cognitivos e morais provenientes da sociedade ocidental protestante só seriam assimilados com o cumprimento do racionalismo comportamental.

Murray N. Rothbard (2008), economista e historiador, relata que o processo de intensificação nos meios empreendedores do Capitalismo se deu em grande parte pelo ideal implícito na Reforma Protestante. Para ele, o modelo de conduta calvinista foi muito intenso

no sentido de influenciar os membros a se absterem do lazer e demonstrarem sua devoção religiosa.

Mas há, especialmente nos puritanos da época de Adam Smith, a ideia de que o sucesso na vocação do indivíduo é um sinal visível de que ele é um membro dos eleitos, um predestinado. O sucesso deve ser batalhado e obtido não para provar que se é um membro dos eleitos destinado a ser salvo, mas sim porque – e assumindo que um indivíduo faz parte dos eleitos pela virtude de sua fé calvinista – o esforço para trabalhar e ser bem sucedido é algo a ser feito pela glória de Deus. A ênfase calvinista à postergação da satisfação terrena levou a uma ênfase particular ao ato de poupar e viver frugalmente. Trabalhar e poupar, pelo bem em si dessas atitudes, ou pelo bem de Deus, foram enfatizados pelo Calvinismo de maneira muito mais intensa do que pelas outras correntes do cristianismo (ROTHBARD, 2008).

Para Weber (2007), mesmo que existam técnicas modernas e racionais para satisfazer um mercado empreendedor, ele precisa estar apoiado em um sistema legal calculável e em uma administração de regras formais que cooperem para a economia e limitem o acesso à especulação e ao Capitalismo aventureiro. Sendo assim, para Weber, as instituições tomam uma posição importante para incentivar o empreendimento racional da iniciativa privada com capital fixo e cálculos certos. A conduta humana racional, absorvida ao longo dos séculos pelo desenvolvimento histórico do homem, foi sendo desenvolvida à medida que revoluções no comportamento individual influenciavam a conduta da sociedade. Essas condutas serão apresentadas nos próximos pontos.

A pesquisa de Weber neste capítulo relata as definições culturais e ideológicas de cada segmento do protestantismo, a contribuição da Reforma Protestante para a sociedade em que estava inserida e uma análise sobre a obra de Weber. O estudo desta obra será importante para demonstrar como a Reforma Protestante contribuiu para o perfil do trabalhador capitalista.

2.1 WEBER E SUA AVALIAÇÃO DOS LUTERANOS, CALVINISTAS E PURITANOS

A obra de Weber (2007) realiza uma avaliação sociológica do Capitalismo, desenvolvendo sistematicamente suas implicações sobre o comportamento trabalhista, tanto pelo cidadão comum quanto pelo dono de empreendimentos comerciais para o período final do século XIX.

Para Weber (2007, p. 23-26), o ocidente apresenta uma linha de desenvolvimento e padrões universais que não se encontra no oriente. A ciência possui um estágio de desenvolvimento mais válido (isto para os padrões do século XIX), creditando este conhecimento adquirido ao longo dos séculos pelos gregos, egípcios e ainda pela astronomia

babilônica.

Vale ressaltar que, na Índia, também existia ciência desenvolvida, a qual, entretanto, carecia da experimentação, de conceitos racionais e estruturas sistemáticas de pensamento, atuando mais como ciência de observação. Sendo assim, o autor procurou fazer um levantamento histórico apenas da região ocidental, especialmente nos países ao norte da Europa, Alemanha, Holanda, Inglaterra, França e regiões ao longo do rio Reno. Ele observou que a maioria das áreas – ciência, política e biologia – se desenvolveu mais no ocidente do que no oriente, devido à existência do empirismo no ocidente.

A geometria hindu não tinha provas racionais, que foram outro produto do intelecto grego, criador também da mecânica e da física. As ciências naturais da Índia, embora de todo desenvolvidas sobre a observação, careciam de método de experimentação o que foi, longe de seus alvares na Antiguidade, um produto essencialmente do Renascimento, assim como o moderno laboratório (WEBER, 2007, p. 23).

Essa teoria é válida também para outros setores da sociedade, como é o caso do comércio, mas o estudo aqui apresentado se conterà em avaliar a influência da ética protestante no processo de desenvolvimento de novos empreendimentos capitalistas no período da análise de Weber, no século XIX.

Procurando refletir sobre o comportamento dos capitalistas, o autor relata que a busca desenfreada pelo acúmulo de riquezas e a ganância são sentimentos inerentes ao homem desde os primórdios da humanidade e não se deve a fato único da vinda do Capitalismo. Max Weber define que “o Capitalismo se identifica com a busca pelo lucro e, lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional” (WEBER, 2007, p. 26). Ele acredita que o sistema pode amenizar a aquisição desordenada e irracional do lucro; é uma delimitação para controlar o desejo natural do homem por acúmulo desenfreado do lucro através da prática racional e premeditada de um Capitalismo mais justo.

Partindo da ideia weberiana de alocação dos recursos capitalistas, pode-se dizer que a obtenção dos recursos é racional, devido ao Renascimento que elaborou estudos empíricos e sistemáticos para a obtenção de resultados; estes seguem um padrão óbvio e projetado de investimentos, ao qual procuram se engajar na sociedade com a finalidade de melhorar os serviços prestados, quer seja na indústria, quer seja na prestação de serviços, levando ao crescimento contínuo do mercado.

Como o próprio Weber (2007, p.27) relata, “o comércio em especial não teve, por longo tempo, a continuidade dos nossos empreendimentos atuais, mas consistiu essencialmente numa série de empreendimentos individuais”. O Capitalismo visto aqui por

Weber nos primeiros séculos – XV a XVII – dependia muito dos empreendimentos individuais, já que não possuía uma estrutura de organização como no mercado do século XIX. O empreendedor atuava em diversas áreas do comércio, agindo de maneira colonial e especulativa, adotando um caráter predominantemente irracional ou direcionando para a aquisição forçada do lucro.

O benefício que se obteve com a experiência da alocação no trabalho capitalista foi a organização racional do trabalho livre. Em diversos setores, um maior número de mão-de-obra diversificada foi surgindo devido à livre atuação no mercado. A pesquisa de Weber busca estreitar a relação entre a organização racional do trabalho e o crescimento sóbrio do Capitalismo burguês: “estaremos apenas tentando tornar claro o papel que foi desempenhado pelas forças religiosas no desenvolvimento da teia de nossa cultura secular moderna, na complexa interação dos inúmeros e diversos fatores históricos” (WEBER, 2007, p. 77).

Para Weber, a cultura exerce um papel importante na formação de opinião e conduta humana; dentre os diversos setores culturais, os que mais influenciaram a sociedade nos tempos antigos e vem influenciando até a modernidade são as doutrinas religiosas ensinadas e passadas ao longo da história. A doutrina religiosa exprime seus pensamentos e formas de conduta que devem ser passados a seus membros como padrões a serem seguidos; o membro que não adota tais padrões corre o risco de ser excluído da instituição. Dessa forma, se diz que doutrina religiosa é uma cultura estabelecida dentro de uma cultura pré-existente.

Essa observação se encaixa, segundo as pesquisas de Weber (2007, p. 39), na seguinte observação: onde há mais liberdade de ação do Capitalismo, maior é a porcentagem de protestantes no país.

É bem verdade que a maior participação relativa dos Protestantes na propriedade do capital, na direção e nas esferas mais altas das modernas empresas comerciais e industriais pode em parte ser explicada pelas circunstâncias históricas oriundas de um passado distante, nas quais a filiação religiosa não poderia ser apontada como causa de condição econômica, mas até certo ponto parece ser resultado daquela.

A instituição eclesiástica como um todo exercia um papel de orientadora através do ensino; seus valores morais e condutas sociais eram passados e os fiéis a seguiam. Sua doutrina era pouco perceptível para a sociedade, mas representava uma pressão significativa sobre setores públicos e privados. Como exemplo, Weber relata um caso típico em Baden, na Baviera (Alemanha) e na Hungria, onde católicos e protestantes seguiam áreas distintas no mercado de trabalho; isso, segundo ele, se devia à formação religiosa da família ou do meio em que o cidadão estava inserido. Os católicos procuravam, nas faculdades, se especializar

nas áreas humanísticas e de mestres-artesãos, enquanto os protestantes em estudos técnicos, ocupações comerciais e industriais. Isso se devia, segundo Weber, ao fato de que a instituição eclesiástica católica apregoava um ideal de comportamento em que os fiéis precisavam se abster dos desejos materiais e dos bens que o mundo oferece.

Segundo Offenbacher (*apud* WEBER, 2007, p. 146), um estudo estatístico realizado em Baden, em 1895, revelou que a cidade possuía 37% de protestantes contra 61,8% de católicos; mesmo assim, os trabalhadores com mão-de-obra mais especializada e mais habilitada eram predominantemente os protestantes, na ordem de 48% de protestantes para 42% de católicos na época da expansão capitalista. Segundo Weber (2007, p. 146), ainda de acordo com a pesquisa de Offenbacher, os mesmos dados se igualavam para as regiões da Prússia, Bavaria, Wurtemberg, Alsácia-Lorena e da Hungria. A grande questão na pesquisa é que Weber se refere a mão-de-obra especializada quando fala do trabalhador com formação tecnológica, mecânica e nas engenharias; a não especializada se refere aos artesãos, carpinteiros, pintores, entre outros incluídos neste padrão.

Weber vincula esse fato ao ensino doutrinário passado pelas respectivas instituições; os princípios monásticos ainda estavam fortemente presentes nas mais célebres formações organizacionais católicas, quais sejam: abdicar de tudo que o mundo oferece e viver uma vida devotada aos sacrifícios; já a formação dos protestantes havia passado para um novo nível de entendimento, no qual era mais importante encontrar sua função na sociedade por meio da vocação como meio de glorificar a Deus; conseqüentemente, suas carreiras seguiriam suas formações, o que revelava, para Weber, o motivo de grande parcela de protestantes estar no mercado de trabalho industrial e administrativo.

Ao desenvolver um racionalismo lógico econômico, o protestante passa a se adaptar melhor ao Capitalismo, a ponto de alavancar o método de organização trabalhista do capital. Para o autor, o crescimento industrial e o aumento de serviços entre a classe protestante estão ligados mais aos traços de caráter intrínseco de suas crenças do que a situações históricas externas. Como o próprio Weber afirma, para entender a relação entre as doutrinas protestantes e a cultura capitalista moderna, é preciso analisar suas características religiosas e não as suas conquistas econômicas (WEBER, 2007, p.45).

A palavra *ascese*¹, usada por Weber para explicar a estrutura de comportamento e crenças do protestante, pode ser definida como uma prática ou exercícios espirituais que

¹ Ascese – exercício ou conjunto de exercícios espirituais que visa ao estado de perfeição cristã. Fonte: Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado de Álvaro Magalhães, v. I. p. 163.

visam a perfeição cristã. Esses exercícios tendem a indicar como o homem cristão deve se portar na sociedade, adquirir bens sem causar danos ao próximo, usufruir dos bens e doar parte aos necessitados, ser um profissional que se qualifique e, assim, se especialize, superando a concorrência, dando bom testemunho de Deus em sua vida, procurando viver bem em família sem uso de bebidas, drogas e prostituições, o que acarreta em menos gastos e um melhor acúmulo familiar da renda obtida. Esses exemplos de comportamento expressam como uma sociedade que foi impactada pela Reforma ajudou no crescimento do Capitalismo.

Analisando o lema protestante para expressar sua fé religiosa por intermédio de suas conquistas no meio secular, Weber (2007, p. 71) relata, no capítulo três de seu livro, que os bancos e instituições de capital eram administrados por muitos protestantes, devido ao aumento crescente da intenção da comunidade protestante em acumular bens e riquezas. Embora contrário ao mandamento eclesiástico protestante, foi inevitável a conquista de tais posições dentro da sociedade, já que cada um de seus membros se via como uma necessidade sempre crescente de expressar a fé pelas conquistas financeiras, nesse período do século XIX. Com isso, pode-se interpretar que, do ponto de vista econômico, houve uma inversão de capital derivada do acúmulo de capital para um investimento agregado no meio empreendedor, o que explica a afirmação de Weber para a intensificação empreendedora subsequente à Reforma Protestante.

A Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero em 1517 d.C. contra as doutrinas católicas, ocasionou uma série de outras transformações religiosas que se espalhou pela Europa, surgindo o Calvinismo, o Pietismo, o Metodismo e as Seitas Batistas. Será importante o levantamento doutrinário de cada uma dessas religiões; entretanto, é importante primeiro definirmos o conceito luterano de vocação profissional para os discípulos da Reforma Protestante.

O termo vocação só passou a ter sentido após a Reforma, já que até então era necessário apenas comprar o passe para o céu e estaria tudo seguro, não sendo necessário o trabalho árduo e o acúmulo de bens. Como foi ensinado pela Igreja Católica, a vida monástica desencadeava uma renúncia aos deveres do mundo, uma abstenção das obrigações temporais. Com as reivindicações à Igreja Católica, através de suas noventa e cinco teses, Lutero defendia que apenas pela fé o homem receberia a salvação. Isso implicou em transformações de comportamentos e pensamentos, levando o homem agora a repensar a sua posição no mundo. Lutero não defendia a abstenção da vida no mundo, mas sim o conhecimento da obrigação de cada um, pela sua posição na sociedade (WEBER, 2007, p. 71).

O conceito de vocação se adequa ao tradicionalismo bíblico, pois conhecer sua função na sociedade e se adaptar a ela não iam de encontro aos ensinamentos cristãos. Para Weber, Lutero era contra a usura e qualquer forma de juros, mostrando que a natureza da aquisição capitalista, do seu ponto de vista, era retrógrada. Existiram muitas dificuldades para Lutero implantar corretamente o conceito de vocação sem diminuir a fé dos discípulos e fazê-los aceitar sua função na sociedade capitalista de maneira tal que não amassem mais os bens do que a Deus. Dentre esses procedimentos ocorridos no evento, o importante para esta monografia é salientar que a abordagem de Weber traz um novo conceito sobre o pensamento trabalhista originado a partir da Reforma Luterana. Partindo inicialmente das definições doutrinárias das religiões surgidas após a Reforma, esse novo conceito será abordado no próximo item.

2.1.1 O Calvinismo

Surgido a partir de discussões ocorridas na Holanda, França e Inglaterra entre os séculos XVI e XVII, o Calvinismo tinha como doutrina principal a teologia da predestinação, isto é, havia os escolhidos para salvação e os para perdição. Aqueles que eram escolhidos deveriam expressar sua fé com atitudes que precisavam ser externalizadas no convívio diário do homem com seu meio. Como o próprio Weber (2007, p. 90) relata,

O amor fraternal, uma vez que só poderia ser praticado pela glória de Deus e não a serviço da carne, é expresso em primeiro lugar no cumprimento das tarefas diárias, dadas pela *lex naturae*; e no processo, esta obediência assume um caráter peculiarmente objetivo e impessoal, a serviço do interesse da organização racional do nosso meio social.

Para os calvinistas, exercer funções no meio secular promove a glória de Deus, sendo, portanto, por Ele desejado. A conduta cristã reflete a fé do discípulo, observando que a salvação não depende das obras, mas as realizações delas demonstram o caráter do cristão que possui as virtudes de Deus. Desse modo, qualquer dúvida quanto à salvação deveria ser refutada. Esse tipo de comportamento retrata a ordem ascética do calvinista, tendendo mais à prática racional do que às emoções místicas (CALVINO, 2003, p. 73). Sobre o reino espiritual e o reino físico, viver em harmonia com ambos é também uma direção que o Calvinismo aponta:

Mas o objetivo do governo temporal é manter e conservar o culto divino externo, a doutrina e religião em sua pureza, o estado da Igreja em sua integridade, levar-nos a

viver com toda justiça, segundo o exige a convivência dos homens durante todo o tempo que vivermos entre eles, instruir-nos numa justiça social, fomentar a harmonia mútua, manter e conservar a paz e tranquilidade comuns, coisas essas que reconheço serem supérfluas, se o reino de Deus, como ora se acha entre nós, extingue a presente vida (CALVINO, 2003, p. 453).

Com relação ao comportamento do Estado, Calvino (2003) faz uma ressalva ao devido cumprimento dos tributos e taxas como relevantes para manter a ordem pública, mas adverte para seu caráter exploratório: “[...] devem lembrar que os impostos e todos os demais tributos não passam de subsídios da necessidade pública, e que agravar com eles, sem causa, ao povo outra não é senão uma tirania e um latrocínio” (CALVINO, 2003, p. 465).

O calvinista defendia fielmente a prática da conduta ética irrepreensível do homem ao longo de sua vida. No futuro, essa doutrina acabaria por influenciar outros grandes líderes e denominações ao longo da história.

2.1.2 O Pietismo

Movimento descendente do Calvinismo, o Pietismo atuou basicamente na Holanda e baixo Reno. Também tinha como característica marcante a teologia da predestinação e buscava demonstrar que a salvação era manifestada pelos sinais externos da conduta ética diária do cristão. Diferente dos calvinistas, acreditava que a intensificação do asceticismo levaria os fiéis a desfrutarem de uma comunhão com Deus ainda nesta vida; isso revela a linha luterana da fé voltada para o contentamento emocional. Apesar do fato de serem mais enérgicos e sentimentais, os pietistas conseguiram adotar a conduta ascética metodicamente controlada e supervisionada do Calvinismo. O Pietismo, devido à sua fraca base doutrinária, foi um movimento de menor fôlego que o Calvinismo, mas acrescentou mudanças ascéticas no seu meio.

O importante a observar sobre o Pietismo é que ele não influenciou tanto o seu meio quanto o Calvinismo e o Luteranismo nos outros países nórdicos, implicando na fraca intensificação da prática ascética, o que possivelmente resultou na baixa intensidade da mão-de-obra especializada na região em que atuou (WEBER, 2007, p. 104-111).

2.1.3 O Metodismo

O Metodismo surgiu por intermédio de um homem chamado John Wesley (apud REILY, 2011) em 1738, na Inglaterra, onde, após uma profunda reflexão pessoal relatada em seu diário, ele dizia: “a igreja precisa estar apta a servir a sociedade e fazer a diferença na mesma. Para isso, é preciso homens e mulheres com uma visão de Deus, uma visão humanizada àqueles (as) que sofrem o caos da pobreza e das injustiças sociais”. Era uma combinação de uma religião emocional com práticas ascéticas, mas que tinha rejeição às bases doutrinárias calvinistas. Correspondia ao Pietismo continental com natureza sistemática e metódica para alcançar ao estado de graça desejado pelos cristãos. Todo homem que recebia o perdão de Deus já estava na sua graça, e as suas obras refletiriam a sua busca incessante pela santificação até o fim de sua vida.

Assim, do nosso ponto de vista, a ética metodista parece repousar sobre uma base de incerteza, semelhante ao Pietismo. Contudo, a aspiração a uma vida mais elevada, a uma segunda bem aventurança, serviu-lhe como um tipo de expediente para a doutrina da predestinação. De mais a mais, sendo de origem inglesa, sua prática ética estava intimamente relacionada à do Puritanismo inglês, do qual aspirava ser uma renovação (WEBER 2007, p.113).

Para Weber (2007, p. 111), o Metodismo serviu apenas de ponte para aquilo que o Calvinismo havia disseminado com as práticas ascéticas. A grande contribuição do Metodismo foi a profunda preocupação com os aspectos sociais da sociedade. Movidos de intensa compaixão pela classe menos favorecida, estavam sempre desenvolvendo inúmeros projetos de assistência social.

2.1.4 As Seitas Batistas

Segundo relato de Weber (2007, p. 114), os batistas diferem das doutrinas calvinistas. Para os batistas, a salvação está disponível para todos e apenas com o trabalho do espírito divino se chega ao estado da graça, sem se apegar às coisas do mundo. A verdadeira Igreja discipulada pelos apóstolos e profetas ensinava a atuação diária do Espírito de Deus em suas vidas, e assim dava testemunho vivo de Suas ações. Somente através da iluminação divina em sua razão e consciência o homem alcançaria a revelação de Deus para o caminho da salvação.

Buscando contato com Deus através da razão e da consciência para confirmação de

sua salvação, a doutrina batista resultou indubitavelmente na prática do asceticismo laico² e na projeção da vida vocacional, passando assim pela trilha aberta pelos calvinistas. No Capitalismo, houve um termo que rondou entre os protestantes que atuavam no mercado – “a honestidade é a melhor política” – o qual faz parte do princípio fundamental no asceticismo laico batista (WEBER, 2007, p. 119).

A conclusão a que se chega das diferentes doutrinas do protestantismo ora representadas é que todas são afins com o asceticismo laico, ou seja, a conduta moral do fiel reflete sua fé em Deus e, por conseguinte, a sua salvação. O caráter é algo ensinado no protestantismo com base nos ensinamentos dos apóstolos e profetas que ouviram a doutrina de Jesus Cristo. Sendo assim, além de apresentar um modelo prático de conduta para o homem ser representante da glória de Deus no seu habitat, também não foge da verdade bíblica ortodoxa. O asceticismo tornou-se então um modelo ético protestante, um conceito que se enquadra na definição de ética religiosa moderna. Assim, a ética cristã é um conjunto de comportamentos baseados em verdades bíblicas, como a justiça, o amor, a verdade, entre outros, e principalmente a busca incessante pela santidade para ter comunhão com Deus. Como relata Weber (2007),

É verdade que a utilidade de uma vocação, e sua conseqüente aprovação aos olhos de Deus, é medida primeiramente em termos morais e depois em termos de importância dos bens por ela gerados para a comunidade. A seguir, porém, e em termos práticos acima de tudo, pelo critério mais importante da lucratividade do empreendimento. De fato, se Deus, cujas mãos os puritanos viam em todas as ocorrências da vida, aponta para um de Seus eleitos uma oportunidade de lucro, este deve segui-la com um propósito; de modo que um cristão de fé teve atender a tal chamado tirando proveito da oportunidade (WEBER, 2007, p. 127).

Segundo Santos (2010), os comportamentos adquiridos por determinada sociedade passaram a ser adotados como padrão ético e em seguida como parte da cultura quando o Estado e a instituição formadora de opinião se uniram para elaborar leis que sustentassem a ação condicionante da sociedade. Para ele, o Cristianismo exerceu forte influência da sociedade e foi um tipo de estimulante para formação e muitas leis no sistema jurídico.

Desse modo, a religião, e em especial, o cristianismo, como se verificou, possui forte influência como mecanismo propulsor de ações e agente condicionador da conduta de modo geral, atuando como um fator controlador e organizador da sociedade. Outro papel primordial da religião, extremamente ligado ao anterior, foi sua extensa influência na consolidação do Direito positivado, inclusive no direito

² Laico – busca separação por intermédio da liderança, reconhecendo o governo de Deus ou Igreja. Fonte: Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado de Álvaro Magalhães, 1965, p. 2135.

moderno. Em diversas nações, os ordenamentos jurídicos foram em grande parte influenciados por ideias e princípios religiosos presentes na humanidade. Assim, a influência do cristianismo nas legislações penais e em todos os outros ramos do Direito foi vasta e aos poucos o Estado laico de origem burguesa veio a assumir a tutela efetiva dos valores primordiais quanto à vida, à integridade, à liberdade e outras questões inerentes ao homem e à sociedade (SANTOS, 2010).

Santos (2010) relata, em seu artigo, como as práticas de comportamento dos cristãos após a Reforma Protestante definiram novos padrões morais e mudanças na cultura das sociedades envolvidas. Isso demonstra a validade do questionamento aqui apontado sobre o surgimento de novos empreendimentos movidos por alterações socioculturais sob a influência das instituições políticas e econômicas.

Levando-se em conta o grande número de seguidores do cristianismo no hemisfério ocidental, foi relevante a abordagem do comportamento ascético protestante aqui apresentado. No próximo tópico, será apresentado o espírito do Capitalismo na ótica de Weber e sua relação com o ascetismo.

2.2 O ASCETICISMO E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO DE WEBER

Os princípios de conduta protestantes estão delimitados de acordo com os ensinamentos bíblicos, e a doutrina passa por cada uma de suas denominações. Todas, sem exceção, chegam a um denominador comum: o homem precisa estar inserido na sua sociedade para representar a Glória de Deus na Terra. Com base nessa doutrina, a fé então estava sendo respaldada pela obra cristã, e estar no meio da sociedade ou no mundo secular, obedecendo aos ensinamentos bíblicos, exigia do homem um autocontrole sobre seus impulsos compulsivos e desejos humanos. Isso porque, de acordo com a ética protestante, dormir muito, descontrolar os gastos, viver em luxúria, desonestidade, avareza, conversas sem propósitos são comportamentos que não trazem a glória de Deus, sendo, portanto, uma perda de tempo (WEBER, 2007, p. 122).

Para o protestante, o homem precisa estar engajado na sociedade com um senso de responsabilidade tal que não se desvie do propósito divino ao qual ele foi destinado. Essa posição é o que se define como vocação. A vocação, além de se enquadrar perfeitamente no asceticismo laico protestante, também foi de extrema importância para a divisão do trabalho em especialidades, o que alavancou o processo de maturação do Capitalismo. Segundo o próprio Weber (2007, p.133-134),

a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e mais evidente prova de redenção e de genuína fé, deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão desta atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do Capitalismo.

As práticas ascéticas se tornaram tão perceptíveis ao mundo secular que muitos, não sendo protestantes, observaram os resultados obtidos por empreendedores e eficientes trabalhadores, que resolveram adotar mesma ética. Weber alerta que esse comportamento acabava por colocar em risco a fé religiosa, apesar de trazer ética ao Capitalismo. Então vale aqui salientar um dos discursos de John Wesley, que marcou o asceticismo protestante até a modernidade: “aqueles que ganham tudo o que podem e guardam tudo o que podem devem também dar tudo o que puderem, para assim crescerem na graça e ajuntarem um tesouro no céu” (WESLEY *apud* WEBER, 2007, p.136).

O elemento principal no desenvolvimento capitalista, sob o ponto de vista de Weber, está no conjunto de práticas do asceticismo laico protestante, levando a uma conduta racional que se origina na ideia de vocação. Esse termo é ainda hoje utilizado para elaborar estratégias de crescimento econômico. “A especialização das ocupações leva, uma vez que possibilita o desenvolvimento das habilidades, a uma melhora qualitativa e quantitativa da produção, servindo assim ao bem comum, que é idêntico ao bem do maior número possível” (WEBER, 2007, p. 126). O espírito do Capitalismo esboçado por Weber não pode ser definido apenas como um conceito munido de algumas palavras, mas passa a ideia de algo pertencente a uma conduta moral e ética, com atributos racionais práticos da vida humana. Essa ideia, para os padrões modernos, deixou de ser tão importante como foi no princípio do crescimento do sistema capitalista.

2.3 A DINÂMICA DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, SEGUNDO O PENSAMENTO WEBERIANO

Weber (2007) procura definir o Capitalismo a partir de um conjunto de fenômenos individuais e únicos; entretanto, reconhece que não é o único caminho para se chegar a um entendimento do assunto. Existem diversos fenômenos históricos com características especiais, aos quais podemos nos ater para delimitar uma teoria do espírito capitalista. A título de esclarecimento sobre o que vem a ser isso, Weber cita as definições de virtudes humanas

de Benjamin Franklin para um bom homem de negócios. Franklin (*apud* WEBER, 2007, p 47) acredita que quanto melhor for um pagador, melhor credista ele será. A sua pontualidade nos pagamentos, a justiça e a responsabilidade nos negócios são características observáveis no mercado e geram credibilidade ao emprestador; o inverso faz com que a cobrança seja mais rápida. Conceitos como “tempo é dinheiro”, “crédito é dinheiro” e o “bom pagador é dono da bolsa alheia”, segundo Benjamin Franklin, são definições adotadas por ele como o melhor meio de um homem capitalista atuar no mercado (*apud* WEBER, 2007, p. 48-49).

A honestidade também assegura o crédito, assim como a pontualidade, a industriiosidade, a frugalidade. Esses procedimentos comportamentais, para Franklin, só são virtudes a partir do momento que se tornam úteis ao indivíduo. Essa é uma observação utilitarista do caso com o objetivo de ser eficiente. Weber afirma que essas virtudes antecedem o advento do Capitalismo, mas que deveriam ser a base da cultura capitalista (WEBER, 2007, p. 51-52):

O ganho de dinheiro na moderna ordem econômica é, desde que feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência em certo caminho; e essa eficiência e virtude são como agora se tornou fácil de ver, o alfa e o ômega da verdadeira ética de Franklin [...]. Na verdade, essa ideia tão peculiar do dever do indivíduo em relação à carreira, que nos é familiar atualmente, mas na realidade tão pouco óbvia, é o que há de mais característico na ética social da cultura capitalista e, em certo sentido, constitui sua base fundamental. É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e de fato sente, em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital).

Pela ótica de Weber (2007), o espírito do Capitalismo está ligado mais à prática dos relacionamentos entre indivíduos do que a fatores externos a ele, como o desenvolvimento cultural e o grande mercado. Tal fato é observável nos grandes centros econômicos que revelam ter uma sede maior pela riqueza e um mercado “feraz”. Ao colocar os princípios apresentados por Franklin de ideal comportamental capitalista, podemos supor que Weber coloca os princípios éticos e morais como os que formam e caracterizam o espírito capitalista.

A depender do modelo estruturado do Capitalismo em determinado país, ele seleciona e educa o trabalhador para se adaptar ao seu padrão de mercado. Qualquer um que não se inserir será eliminado do meio social, ficando sem trabalho. Weber caracteriza o Capitalismo como algo que nasceu não em indivíduos isolados, mas em grupos humanos que estavam inseridos em um objetivo de mercado. Para ele, o espírito do Capitalismo moderno não deriva de uma avareza e egoísmo desenfreado pelo lucro, mas de uma ética e moral condizentes com as virtudes do homem (WEBER, 2007, p.52-54).

Segundo Weber, o principal obstáculo para o desenvolvimento do Capitalismo está na

falta de consciência ética e moral do trabalhador de países atrasados. O crescimento do conhecimento adquirido é fundamental para elevar o nível de relacionamentos promissores entre empreendedores. Nesse sentido, Albornoz (1986) diz que “quem cria não tem necessidade de aniquilar outros criadores, porque sua energia está empregada na criação”. O atrasado aqui colocado por Weber está na continuidade das políticas tradicionalistas, que impedem o surgimento de objeto de inovação. Uma tradição que ainda está baseada em práticas de corrupção, pirataria, guerras, etc. para obtenção do lucro, impedem o Capitalismo moderno de assumir o trabalho como algo prazeroso e instrumento de inovação tecnológica.

Albornoz (1986) avalia que a regulação automática dos mercados, como apontou Smith em *A Riqueza das Nações*, é melhor afeita ao Protestantismo, devido ao fato de os protestantes terem a prática de economizar mais e acumular mais riquezas, conseqüentemente elevando a poupança. Albornoz sustenta que a permanência de cada um na posição e dentro dos limites profissionais que lhe foram dados é um dever religioso. “Tal ideologia do trabalho diz que a especialização das ocupações, enquanto possibilita o desenvolvimento das habilidades do trabalhador, leva a progressos qualitativos e quantitativos na produção; e, assim, serve ao bem comum” (ALBORNOS, 1986, p. 56). O empreendedorismo encontrou, na ascese protestante, um importante fundamento; com ele, também, o trabalhador se dedica mais ao trabalho por questões morais e princípios éticos cristãos.

Weber (2007, p. 56-57) relata em seu livro “*A ética protestante e o espírito do Capitalismo*” sobre trabalhadores que recebem aumento e diminuem sua eficiência produtiva, resultado de uma estrutura de comportamento social trabalhista ainda precária. Esse comportamento é inviável para atender à necessidade do crescimento capitalista, por não aplicar aumento de salários em conjunto com a melhoria da eficiência produtiva, ocasionando muitas vezes um atraso desse mercado se comparado com outras organizações comerciais trabalhistas. Ora, uma política de baixos salários como estratégia produtiva tende a ser ineficiente a longo prazo, quando se necessita de trabalhadores especializados. Ao contrário, um sistema que desenvolve o trabalho por vocação ocasiona uma articulação maior nos princípios e normas metódicas de relacionamento com o mercado econômico.

O tradicionalismo, para Weber, impede o investimento a longo prazo. Para ele, uma economia que busca conquistar o suficiente apenas para as necessidades básicas vive um estado de retardo, e o tradicionalismo está impregnado nos métodos de se empreender. “Aquilo que ele chama de economia de necessidades parece, à primeira vista, idêntico àquilo que é aqui descrito como tradicionalismo econômico. E pode ser esse o caso, se o conceito de

necessidades for limitado às necessidades tradicionais” (SOMBART *apud* WEBER, 2007, p. 58). Segundo o próprio Weber (2007, p. 58), a vocação com base no asceticismo laico passou a ser um incremento importante para o Capitalismo.

Isto fornece o fundamento mais favorável para a concepção do trabalho como um fim em si mesmo, como uma vocação necessária ao Capitalismo: as oportunidades de superar o tradicionalismo são maiores por conta da formação religiosa. Essa observação do Capitalismo atual sugere por si mesma a validade da indagação de como essa conexão entre adaptabilidade ao Capitalismo e fatores religiosos possa ter surgido nos momentos iniciais de seu desenvolvimento.

Weber (2007, p. 59) afirma que a maioria dos novos empreendedores não fazia parte da aristocracia comercial, mas estava entre as camadas emergentes dos pequenos industriais da classe média, no século XIX. Ser tradicional era o mesmo que dizer que não existia o empreendedorismo shumpeteriano como conhecido no século XX; tudo era cômodo ao tradicionalista. Então, ao entrar no mercado, movido de um espírito moderno de Capitalismo, o novo empreendedor acabava sobrepujando o antigo empresário e crescendo mais rapidamente nas relações econômicas. Essa visão diferenciada garantia a ascensão do novo empreendimento, o qual adquiria confiança no mercado, demonstrando que as virtudes das qualidades éticas tão definidas por Benjamin Franklin foram cruciais para a empresa se estabilizar no novo mercado. “A capacidade de se livrar da tradição comum, um tipo de Iluminismo liberal, parece ser a base mais adequada para o sucesso de tal homem de negócios” (Weber, 2007, p. 62).

O empreendedor busca se enquadrar no novo conceito de homem de negócios, deixando de lado a luxúria e a compulsão por riqueza; é equilibrado com suas necessidades, preocupando-se mais com os objetivos da empresa e sua vocação. A melhor abordagem pelo presente trabalho não está na definição do conceito teórico de espírito capitalista, mas em delimitar os métodos de aplicação do empreendedor já inserido no sistema capitalista, métodos que são enquadrados, segundo Weber, pelas virtudes éticas no asceticismo laico protestante.

A abordagem sociológica de Max Weber do comportamento trabalhista no hemisfério ocidental resultou em um conhecimento válido para a escola econômica visualizar as motivações pessoais de grupos inseridos no sistema capitalista como instrumento de novas mudanças. Essa abordagem é útil para determinar políticas econômicas mais eficientes, não somente quanto às questões macro e microeconômicas, mas também quanto aos projetos que alteram estruturas de ética e moral das sociedades viciadas em seu Metodismo maligno.

O mal aqui colocado se enquadra como a exagerada corrupção, a ineficiência judiciária, a má distribuição da renda, os altos impostos sem retorno à população e tantos outros males que não se podem numerar, quando uma sociedade não possui ética e princípios morais suficientes para dispor a qualidade de vida humana. O que soma na pesquisa de Weber é que ele encontra, dentro do sistema capitalista, grupos significativos de protestantes que, ao optarem por imergir no mercado trabalho, adotam o princípio ascético de conduta, prática que mudou o cotidiano de milhares de trabalhadores, como também o significado de ética capitalista.

Entretanto, o sistema capitalista foi se desenvolvendo ao longo da história em conjunto com diversos eventos; dizer que ele é consequência de eventos individuais ou de mudanças éticas minimiza as suas transformações e implicações econômicas. O que Weber conseguiu foi trazer um novo entendimento para o processo de divisão especializada do trabalho, consequência da inserção do pensamento vocacional luterano.

Weber demonstra que o objetivo da sua pesquisa de modo algum é relatar o asceticismo como utilitarista, mas de avaliar as consequências do asceticismo protestante no desenvolvimento capitalista, devido ao acúmulo de riquezas, gerando um incentivo à poupança e, conseqüentemente, um aumento na capacidade de investimento privado.

A abordagem de Weber, no entanto, não é aceita por todos os teóricos. Javier Franze (2006), por exemplo, descreve a crítica feita por Eric Voegelin a Max Weber. Segundo Voegelin, a obra de Weber (2007) faz uma abordagem puramente sobre os valores humanos; sendo assim, devem ser classificados de forma política e, de modo algum, têm como fundamentar os valores objetivos avaliados, já que são questões subjetivas da realidade. Apesar disso, consideramos a obra significativa para a presente pesquisa e, devido à questão levantada pela ciência econômica e também filosófica sobre o institucionalismo como parte integrante da formação econômica, será realizado um levantamento sobre as qualificações do empreendedor segundo dados da GEM; também verificaremos quais pontos podem ser compreendidos como paralelos ao pensamento de Weber para o empreendedor contemporâneo.

CAPÍTULO III - O EMPREENDEDORISMO DAS INSTITUIÇÕES SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER, VEBLEN E OS NOVOS SHUMPETERIANOS

Partindo das discussões do capítulo anterior sobre o comportamento dos trabalhadores protestantes e de como foram suas contribuições para o meio capitalista em que estavam inseridos, é de extrema importância relatar a visão empreendedora de Schumpeter. Esse autor elabora uma linha de pensamento que expressa, de uma maneira mais lúcida, a adaptação empreendedora capitalista, onde os canais normais de movimentação têm que ser mudados ou alterados para melhoramento e superação produtiva. O que é chamado por Schumpeter de alteração no fluxo circular natural de mercado será abordado neste primeiro ponto do capítulo.

Neste capítulo, será apresentado o conceito de empreendedor introduzido por Schumpeter, o que levará, por meio de Veblen, a uma discussão sobre a posição das instituições capitalistas modernas, “os neo-schumpeterianos”, aprofundando na metodologia de trabalho das instituições como influenciadoras dos parâmetros econômicos da sociedade.

Este capítulo é importante para se compreender como as instituições capitalistas se movem e como elas podem influenciar na vocação e no comportamento de um empreendedor.

3.1 O EMPREENDEDOR SEGUNDO SCHUMPETER, WEBER E VEBLEN

Schumpeter descreve que uma economia sem desenvolvimento é aquela que possui um sistema de equilíbrio geral, em que as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado, com lucros normais. As inovações tecnológicas e os novos processos de produção não existem. Entretanto, quando o desenvolvimento econômico ocorre, desencadeia-se “uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1997, p. 69).

Para Schumpeter, são os produtores que podem alterar significativamente o mercado, através de novas formas de produzir, combinações de produtos, novos produtos, aumento de produtividade com menores custos operacionais, entre outras operações (SCHUMPETER, 1997, p. 70). Com o crescimento do mercado, as relações concorrenciais entre as firmas tornam-se mais agressivas; desse modo, cada empresa passa a necessitar de maior adaptação para assegurar suas condições de concorrência. Para tanto, é preciso que o empreendedor

esteja sempre procurando melhorar as capacidades produtivas.

[...] na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação (SCHUMPETER, 1997, p. 85).

O empreendedor precisa realizar novas combinações de fatores; para isso, ele precisa de crédito. Após a obtenção do financiamento junto aos proprietários de fundos de reserva, o empresário irá alocar melhor o recurso adquirido. Cabe ao empreendedor inovar os meios de produção da firma, a fim de se diferenciar da concorrência. Schumpeter (1997, p. 143) afirma que o novo empreendedor, ao inovar com um novo produto ou combinação deles, dá início a um período de crescimento no investimento ativo da economia; conseqüentemente, um maior número de empresas buscará investir também nesta inovação, a fim de participar dos lucros gerados pelo empreendimento. Após o pico do investimento, vem uma onda de equilíbrio da demanda pelo bem e, em seguida, diminuição dos investimentos e da oferta de emprego.

Para Schumpeter (1997, p. 49), não existe a possibilidade de um empreendedor satisfeito com sua renda investir em um empreendimento novo. É necessário que ocorra uma variação da renda obtida para que a firma procure reequilibrá-la com um investimento novo. Entra aqui então uma questão, pois seria interessante, na ótica de Schumpeter, que a todo instante estivesse ocorrendo um incentivo à qualificação, à vocação pessoal e ao aumento das oportunidades de mercado.

Inovação, para Schumpeter, tem um sentido amplo. Significa qualquer mudança no mercado econômico mediante a obtenção de vantagens sobre a concorrência, o que difere, muitas vezes, do surgimento de novas firmas que não possuem empreendimentos inovadores. Entretanto, é comum ocorrer a abertura de novas empresas devido às oportunidades de mercado, as quais são, a princípio, desejáveis, mas que logo fecham devido ao fato de não possuírem uma estratégia competitiva.

As características empreendedoras de um empresário inovador estão na sua capacidade de gerar um novo empreendimento com a realização de novas combinações de produtos ou forças produtivas. Ele possui pessoal capacitado para realizar seus projetos, enfrenta riscos, toma decisões estratégicas, ou seja, está além do que é encontrado rotineiramente no mercado de trabalho (SCHUMPETER, 1997, p. 70).

O empreendedor é aquele que busca estar na liderança; por ter uma visão mais ampla e aguçada do mercado, tem um desejo nato de conquistar e querer comprovar suas capacidades.

Ao colocar um produto inovador no mercado, o empreendedor gera mudanças nos meios produtivos, o que significa, entre outras coisas, que a mão-de-obra qualificada passa a ser requisitada, assim como passa a haver uma especialização maior no processo produtivo. Com isso, podemos perceber que o empreendedorismo afeta desde o setor primário da produção até os setores mais altos de circulação de mercadoria; um produto inovador muda o fluxo normal de circulação do capital, o que é fundamental para o desenvolvimento do Capitalismo moderno (SCHUMPETER, 1997, p. 48-50).

Max Weber afirma, com base em sua pesquisa, que a Reforma Protestante gerou um número maior de indivíduos que, ao invés de gastarem sua renda, poupavam; como consequência dessa atitude, havia geração de capital para o banco. Schumpeter (1997, p. 193) chama esse capital de “capital potencial”. De fato, ele representa o verdadeiro potencial de investir de um mercado capitalista e, para uma economia empreendedora, o investimento é um ativo extremamente necessário para gerar novos empreendimentos. Então é interessante observar, mesmo que Schumpeter não tivesse essa intenção, que existe uma relação entre a metodologia de trabalho protestante e o empreendedor. Tal relação está na capacidade de fazer o trabalho diferente do cotidiano, adquirindo maior espaço geográfico no mercado econômico, levando ao acúmulo de riquezas e poupança.

Em sua abordagem sobre instituições financeiras, Thorstein Veblen (1983, p. 17), precursor do Institucionalismo, buscou encontrar uma ligação ideológica entre capital e renda. Ele declara que a instituição possui um desejo natural de adquirir bens, pois “a necessidade de ganhar a vida é um incentivo poderoso e onipresente para os seus membros mais pobres”. Veblen salienta que as instituições exercem um papel importante na delimitação dos padrões de conduta, pois, enquanto forças superiores, incentivam o acúmulo de bens; isso determina o grau de honorabilidade do trabalhador, termo designado pelo autor como “emulação pecuniária”. A partir dessa reflexão, Veblen dá uma definição muito valiosa para a transferência de valores e hábitos na cultura. Segundo ele:

O conteúdo das regras do gosto e, mais particularmente, das regras de honra é, na natureza das coisas, uma resultante da vida e circunstâncias passadas da raça, transmitidas às gerações sucessivas por herança ou tradição; e o fato de que o domínio continuado de um plano de vida predatório da classe ociosa formou profundamente os hábitos mentais e o ponto de vista da raça no passado é base suficiente para um domínio esteticamente legítimo de um tal esquema de vida em quase tudo que diz respeito a assuntos de gosto no presente (VEBLEN, 1983, p. 176-177).

Essa definição teórica de Veblen exprime a apropriada relação entre o comportamento de classes e as capacidades empreendedoras de determinada região, ou seja, o que a cultura de

um país absorve ao longo de sua história ensinará muito sobre o método de abordagem das instituições no mercado. Thorstein Veblen chama de cultura superior todo comportamento que transmite às instituições melhorias necessárias para sua superação e que acabam sendo necessárias. Para ele, a cultura superior passa a ter uma expressão de cultura desejada, ou “cultura pecuniária”, por ser mais adequada às novas normas de conduta institucional (VEBLEN, 1983).

Sob o ponto de vista de Veblen, as instituições no mercado econômico possuem padrões que incentivam seus membros a adquirirem posições econômicas e qualidade de vida. Embora não tenha sido escrito intencionalmente pelo autor, podemos tomar sua afirmação como parâmetro para realizarmos uma comparação entre esses padrões e a concepção ascética do protestantismo. Essa é a grande contribuição do protestantismo para os novos empreendimentos surgidos a partir o século XVI, pois o número de instituições que se alinharam com a estrutura de pensamento capitalista vigente, de certa forma, foi muito mais intenso em países protestantes.

Os neo-schumpeterianos trabalham as instituições de forma mais eficiente no que se refere às questões empreendedoras. É isso que será visto no próximo item deste capítulo.

3.2 OS NOVOS SCHUMPETERIANOS.

A partir do final de 1970, uma nova escola econômica surge fazendo analogias biológicas ao processo de desenvolvimento capitalista e à mudança tecnológica. Os neo-schumpeterianos são uma corrente econômica que, como o nome já diz, deriva do pensamento de Schumpeter. O pensamento dessa escola se baseia nas alterações do processo endógeno de um procedimento inovador como força capaz de alterar a evolução da economia, o que significa dizer que o sistema de inovação é fundamental para compreender a dinâmica de acumulação capitalista (PONDÉ, 2000).

As instituições informais nascem, se estabelecem e se legitimam sem que necessariamente apresentem objetivos específicos ou que sejam fruto da ação deliberada dos indivíduos. Isso quer dizer que o processo social de institucionalização de comportamentos pode acontecer não somente pelas vontades individuais envolvidas, mas, inclusive, em detrimento de estas. Foi o que se deu com a Reforma Protestante. Ela veio a mudar o padrão de comportamento social de sua época, o que implicou no surgimento de novas formas de trabalho e divisão do mesmo.

Para gerar inovação no mercado através de novos empreendimentos, deve-se abordar a função das instituições dentro do aparato econômico e político do país onde tais instituições se situam. Para isso, os neo-schumpeterianos classificam a inovação empreendedora dentro da seguinte tese: são de uma vertente mais microeconômica e também adotam uma perspectiva “evolucionária” (dinâmica) da teoria e da análise microeconômica. Na analogia evolucionária proposta por R. Nelson e S. Winter (1992), são introduzidas noções básicas para buscar inovações, utilizadas pelas empresas a partir das estratégias de seleção dos resultados econômicos dessas mesmas inovações, realizadas pelo mercado e secundariamente por outras instituições.

A estrutura teórica e metodológica neo-schumpeteriana se caracteriza pela construção de um corpo de conhecimento que enfatiza a natureza endógena do processo inovativo como sendo capaz de interferir significativamente no desenvolvimento não somente das firmas, mas também das estruturas industriais de mercado, das regiões e nações. Portanto, de acordo com essa definição, as inovações são elementos fundamentais para o entendimento da dinâmica de todo o sistema capitalista (SCHUMPETER, 2007). Dessa forma, os neo-schumpeterianos se afastam da teoria de equilíbrio econômico neoclássico, não acreditam na luta, na diferença entre classes e negam o caráter progressivo do Capitalismo (HEILBRONER, 1996). Sendo assim, abraçam o estudo das relações entre a estratégia da firma e a estrutura do mercado, entendendo que as ações competitivas, como as inovações, impulsionam desequilíbrios no ciclo natural do mercado (PONDÉ, 2000).

Os neo-schumpeterianos alteraram a ideia de que conhecendo o passado muda-se o futuro, pois esse pensamento envolve o entendimento de que as especificidades históricas e o resultado das escolhas atuais ficam enraizados na estrutura do sistema, a ponto de condicionarem sua evolução posterior. Contudo, essa evolução não apresenta apenas aspectos de continuidade, mas também de afastamento, já que elementos aleatórios podem participar e interferir na evolução. De qualquer forma, fica claro que há um processo contínuo de transporte das características de um período para outro. O que vale enfatizar é que são as instituições que cumprem a função de veículo.

Nas palavras de Nelson (1982), incorporar, de forma mais sistemática, as instituições à metodologia neo-schumpeteriana passa a ser condição necessária para os avanços teórico-explicativos da realidade. Assim, mesmo que para os evolucionistas, as instituições não sejam objetos centrais de análise, como fazem as escolas institucionalistas, elas “constituem-se em elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento, desenvolvimento e de

mudança tecnológica” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 139).

Porém, o conceito de instituições neo-schumpeteriano envolve uma grande quantidade de definições e ideias. Esta é uma preocupação de Edquist e Johnson (1997). Para eles, a falta de consistência do conceito de instituições pode prejudicar o entendimento de qual seja o papel das instituições no processo inovador. Pode-se dizer que algumas instituições aparecem como organizações concretas, tais como universidades, institutos de pesquisa industrial e tecnológica, departamentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, agências governamentais e agências de consultoria, etc. Por outro lado, no entanto, podem aparecer como os instrumentos que têm fins específicos de criação de estabilidade, de coordenação e regulação do ambiente econômico.

Três elementos das instituições estão sempre presentes nas definições que aparecem na literatura neo-schumpeteriana. São eles: a *regularidade de comportamentos*, que ordena, organiza e possibilita a interação humana; um *tipo de estrutura*, por exemplo, de coordenação das atividades econômicas; e um *caráter socialmente construído*, uma vez que toda instituição carece de legitimação social, que não é instantânea, mas acontece no decurso da história (PONDÉ, 2000).

Esses elementos estão colocados na definição de Nelson (*apud* PONDÉ, 2000), para quem as instituições se equivalem a um complexo de estrutura social aprendido e compartilhado, como os valores, crenças, símbolos, entre outros comportamentos específicos que marcam determinada sociedade ou nação. Observa-se que essas definições privilegiam o que se convencionou chamar de instituições informais. Nesse caso, elas regulam e moldam o comportamento do indivíduo sem a necessidade de um aparato legal, coercitivo e jurídico para que tenham efeito. A mesma ideia surge na definição de Dosi (1991 *apud* PONDÉ, 2005, p.124) sobre as instituições, que são “conjuntos particulares de normas que são socialmente compartilhadas, socialmente impostas em diferentes graus, e tendem a se reproduzir inercialmente através do tempo”.

Chama atenção nessa definição que as instituições informais interferem no comportamento organizacional, o que pressupõe uma variável estritamente econômica. Nesse caso, haveria uma conexão clara entre instituições informais e formais, já que a forma e a direção das instituições informais serão decisivas para definir como emergirão as instituições formais. Isso implica que as formas de interação e as estruturas de pensamento de um povo, além de se transformarem em um importante aspecto de sua competitividade, ainda interferem no tipo de norma que regulará o sistema. Ou seja, influenciarão decisivamente na

possibilidade de se criarem normas regulatórias mais ou menos apropriadas para dar conta das transformações e da evolução do sistema econômico.

Pondé (2005, p. 126) aponta as instituições econômicas como sendo “regularidades de comportamento, social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico”. Todas essas definições intensificam o relacionamento com a lógica que regula o comportamento dos indivíduos.

Para Scott (*apud* PONDÉ, 2000, p. 13), as instituições possuem três pilares: o regulativo, o normativo e o cognitivo. O pilar regulativo pode ser entendido como “processos sociais pelos quais são estabelecidas regras de comportamento, efetuando o monitoramento do seu cumprimento e efetuando sanções – na forma de recompensas ou punições – de maneira a influenciar as condutas para direções determinadas”. Esses processos podem significar mecanismos informais e difusos ou mecanismos altamente formalizados e com objetivos específicos.

O pilar regulativo está ligado às *instituições formais* com uma complexa distribuição da competência de estabelecer e monitorar o cumprimento de regras, através de instrumentos explícitos e pré-estabelecidos de recompensa e punição. Por outro lado, também diz respeito às *instituições informais*, restringindo-lhes, mesmo por regras não escritas, o leque de escolhas, impondo-lhes padrões pré-estabelecidos de comportamentos aceitos e esperados.

O pilar normativo das instituições, por sua vez, está ligado ao comportamento social enquanto senso moral de obrigações sociais. Nesse caso, as instituições se materializam em “valores” e “normas” definidas através de um processo evolutivo e cultural do que seja preferível ou desejável; assim, estabelecem padrões de comportamentos para o conjunto da coletividade (PONDÉ, 2000). É o pilar normativo das instituições que dá significado ao comportamento coletivo, criando estabilidade por meio de indicações do que seja “moralmente aceitável”. A cultura, os hábitos, os tabus, as maneiras à mesa, o sistema de crenças religiosas, a divisão dos papéis específicos de cada classe social são todos aspectos normativos das instituições.

O pilar cognitivo está mais diretamente ligado às estruturas cognitivas individuais, através das quais, por um complexo processo de coleta, tratamento e julgamento de informações – sempre em conformidade com experiências passadas – se constroem os símbolos, as crenças e as representações que estruturam a maneira pela qual “os agentes econômicos percebem e interpretam o mundo natural e social, identificam e classificam suas

partes constitutivas e concebem suas linhas de ações” (PONDÉ, 2000, p. 14). Como se vê, as estruturas cognitivas representam o modo como os indivíduos constroem sua percepção da realidade, interpretam o mundo a sua volta e como identificam as mudanças no ambiente social em que estão inseridos, como absorvem a problemática e elaboram as soluções possíveis.

É com base nesses três pilares que Scott (*apud* PONDÉ, 2000, p.15) propõe que as instituições são estruturas cognitivas, normativas e regulativas que proporcionam estabilidade e sentido ao comportamento social. As instituições são transportadas pela cultura, pelas estruturas e rotinas; cada um desses elementos opera em níveis diferentes de jurisdição.

Considerar esses três aspectos para delimitar o pilar das instituições como importante confere ao processo de teorização da mudança valor mais consistente do que considerá-las enquanto consequências inerentes ao processo, isto porque permite uma análise de como os agentes econômicos constroem suas considerações (PONDÉ, 2000), concebem o mundo e as transformações à sua volta, como aprendem e em que direção usam o conhecimento adquirido.

Os neo-schumpeterianos institucionalistas, conforme apresentado, defendem uma abordagem sociológica no método de aplicação do conhecimento. A elaboração de instituições não se fundamenta somente econometricamente, mas as informações são passadas na evolução histórica da mesma forma como uma cultura desenvolvida ao longo dos anos em uma determinada sociedade; então o paralelo entre o modelo formal das instituições modernas e a herança filosófica adquirida apresenta os traços de comportamento dos mercados com instituições capitalistas.

As instituições têm um relevante papel para o objetivo de pesquisa aqui apresentado, já que direcionam comportamentos e regras do mercado. O entendimento da relação entre ascese protestante e o empreendedorismo inovador está intimamente ligado com o método utilizado pelas as lideranças ou instituições para aplicarem seus conhecimentos no mercado. Países que possuem mercados corrompidos pela falta de responsabilidade fiscal e financeira, como a permanência livre de mercados piratas, tráfico ilegal de tecnologia, irregularidade judiciária, entre outros eventos, refletem a má liderança de suas instituições.

Nações que possuem, na sua maioria, seus princípios de fundamentação alicerçados no que as instituições neo-schumpeterianas defendem, normalmente possuem instituições formais bem estabelecidas e regulamentadas; dificilmente se encontram, nesses países, mercados piratas ao ar livre ou ilegalidade comercial. É claro que todo país tem seus

respectivos problemas, mas a referência aqui apresentada é unicamente relacionada às instituições que exercem influência no mercado.

Para a presente argumentação, as mais recentes instituições representam o mercado como agente formador de comportamentos éticos e morais dos indivíduos, assim como foi também a Reforma Protestante de Martinho Lutero para o início do asceticismo laico calvinista no desenvolvimento histórico do Capitalismo.

3.3 O EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SEGUNDO A PESQUISA DO GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM).

Inicialmente, para apresentarmos este tópico, é importante saber que o estudo analisado proverá grande parte da pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que significa Monitor Global de Empreendimentos.

Os principais objetivos do estudo são: medir a diferença entre o nível empreendedor entre os países que participam do trabalho e descobrir os fatores favoráveis e limitantes à atividade empreendedora no mundo, identificando as políticas públicas que possam favorecer o empreendedorismo nos países envolvidos. O estudo do GEM incluem comparações globais, relatórios nacionais e tópicos especiais baseados no ciclo de coleta de dados anual. Portanto, mais de 300 (trezentos) acadêmicos e pesquisadores participam ativamente do projeto e, como membros do consórcio que realiza a pesquisa mundialmente, têm acesso à programação de entrevistas, procedimentos de coleta de dados e outros detalhes para análises sistemáticas (GEM BRASIL, 2010, p. 28).

O GEM é um consórcio de pesquisa mundial dedicado à compreensão da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico nacional. Durante os últimos 10 anos, relatórios GEM têm sido a única fonte de dados comparáveis entre uma grande variedade de países sobre as suas atitudes para com o empreendedorismo, sejam elas no que diz respeito ao *start-up* (empresas com atividades empreendedoras iniciais), ou a atividades comerciais estabelecidas, ou ainda a aspirações dos empresários para os seus negócios.

Baseado em mais de 180 mil entrevistas realizadas entre maio e outubro, em 80 países, O GEM 2010 mostra dados de que a crise econômica financeira global, iniciada em meados do ano 2008, reduziu o número de pessoas que achavam que eram boas em oportunidades para iniciar um negócio, em muitas partes do mundo. Não é se surpreender que a atividade empresarial caiu na maioria dos países analisados pelo GEM, em 2010; no entanto, cerca de um terço dos países estudados mostraram aumento de atividades, o que significa dizer que a

minoria significativa de candidatos a empresários nos países mais ricos viram a recessão como o aumento das oportunidades para seus negócios (GEM BRASIL, 2010). A pesquisa revela ainda que a proporção de pessoas que iniciaram negócios por necessidade aumentou, pois elas sentiram que não tinham outra escolha; atitudes em relação ao empreendedorismo como uma opção de carreira melhoraram na metade dos países mais ricos, segundo o GEM.

São avaliados na pesquisa do GEM Brasil (2010) os seguintes pontos: a situação do país em relação a outros no mesmo nível de desenvolvimento e posição geográfica; as características demográficas do empreendedor nacional; a mulher empreendedora brasileira; as opiniões e percepções que a sociedade e o empreendedor em estágio inicial desenvolvem perante o empreendedorismo; a percepção de oportunidades; as capacidades; o medo do fracasso; as intenções de empreender; o empreendedorismo como escolha de carreira aceitável; o status e valorização social do empreendedorismo; a atenção da mídia para o assunto; as intenções de geração de empregos; as novidades dos produtos; o tamanho da concorrência; a idade da tecnologia que os empreendedores pretendem utilizar e a orientação internacional dos novos negócios; as condições que afetam positiva e negativamente o empreendedorismo no Brasil, entre outros pontos.

Os países, no relatório, são agrupados em três estágios de desenvolvimento econômico, conforme definido pela Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial de Relatório: *factor-driven* (economias impulsionadas para fatores de produção), *efficient-driven* (economias impulsionadas para eficiência produtiva) e economias impulsionadas para a inovação. Essa classificação, nas fases de desenvolvimento econômico, baseia-se no nível do PIB. O Fator de economias impulsionadas é principalmente extrativista na natureza, enquanto a *efficient-driven* refere-se a economias que apresentam escala de intensidade como um importante motor de desenvolvimento. Na fase orientada para a inovação de desenvolvimento, as economias são caracterizadas pela produção de bens novos e únicos, e ainda por serviços que são criados através de sofisticados e, muitas vezes, pioneiros, métodos. Como os países se desenvolvem economicamente, tendem a mudar de uma fase para outra.

O relatório internacional divide os países em três categorias, segundo a fase de desenvolvimento econômico: (i) economias baseadas na extração e comercialização de recursos naturais, doravante tratadas aqui como países impulsionados por fatores; (ii) economias norteadas para a eficiência e a produção industrial em escala, que se configuram como os principais motores de desenvolvimento, doravante nominados países impulsionados pela eficiência; (iii) economias fundamentadas na inovação ou simplesmente impulsionadas por ela (GEM BRASIL 2010, p. 33).

São economias incluídas no estudo GEM 2010:

- Fator de economias impulsionadas: *Argélia, Guatemala, *Jamaica, *Líbano, Marrocos, *Arábia Saudita, *Síria, Reino de Tonga, Uganda, *Venezuela, Cisjordânia e Faixa de Gaza, Yemen (*país em transição para o estágio mais avançado de desenvolvimento econômico³, estágio de eficiência);
- Eficiência de economias impulsionadas: Argentina, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Chile*, China, Colômbia, Croácia*, República Dominicana, Equador, Hungria*, Irã, Jordânia, Letônia*, Malásia, Panamá, Peru, Romênia*, *Rússia, Sérvia, África do Sul, Tunísia, Uruguai* (*país em transição para o estágio mais avançado de desenvolvimento econômico, estágio de inovação);
- Economias impulsionadas por inovações: Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Islândia, Israel, Itália, Japão, República da Coreia, Holanda, Noruega, Eslovênia, Espanha, Suíça, Reino Unido, United Arab Emirates, Estados Unidos.

O empreendedorismo se diferencia em cada país. Ele se desenvolve e possui características marcantes devido à distinta evolução histórica e econômica de cada lugar. No caso do Brasil, os esforços empreendedores são grandes se compararmos a outros países; trata-se de desafios que não são apenas de ordem econômica, mas também de fatores exógenos. Países mais desenvolvidos possuem maior índice de inovação sobre seus produtos e métodos de produção, que refletem no comércio local e internacional. Nessa primeira década do século XXI, muitos problemas surgiram no comércio mundial, desde diminuições nas transações das bolsas de valores a atentados terroristas. Isso levou muitos investidores a reterem ou buscarem recolher seus investimentos das empresas multinacionais. Em muitos casos, o capital de investimento desses grupos potenciais acaba por ser direcionado a países com menores taxas de risco.

De acordo com o estudo da GEM 2010, a taxa de surgimento de novos empreendedores está intimamente ligada ao medo do fracasso (Tabela 1). Todos os países têm taxas parecidas em suas categorias específicas, mas na América Latina as empresas brasileiras qualificadas como eficientes têm menores taxas que as demais.

A pesquisa GEM 2010 mostra que nos países impulsionados por fatores e estimulados pela eficiência, aqueles com as mais altas taxas de medo do fracasso são os que possuem as menores taxas de intenção em iniciar um negócio. Adicionalmente, de acordo com a amostra, o medo do fracasso é menor entre aqueles

³ Desenvolvimento econômico - Classificação utilizada no Relatório de competitividade do Fórum Econômico Mundial

que percebem boas oportunidades para iniciar um negócio quando comparados com a população em geral. Estes dados sugerem ser possível aumentar as percepções sobre oportunidades e crescer as intenções de abertura de empreendimentos se for reduzido o medo do fracasso. Mudanças na política podem ter alterações positivas na propensão ao risco. Por exemplo, removendo a larga vantagem que os empregos nas grandes empresas (aquelas que oferecem vantagens no que tange aos benefícios de saúde e previdência, ampliando o conhecimento das financiadoras e investidores em acessar capital de risco, reduzindo as consequências negativas do medo do fracasso, tais como leis de falência e proteção contra o desemprego (GEM BRASIL, 2010, p. 95).

Tabela 1- Medo do fracasso - Brasil 2010

Brasil	Afirmaram que o medo de fracassar os impediria de começar um novo negócio*
Todos responderam	33,2
Empreendedores iniciais	26,2

* % da população de 18-64 anos que afirmam ter encontrado boas oportunidades para se começar um novo negócio na região em que vivem.

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2010)

As dificuldades para o Brasil aparentam serem muitas, mas os fatores exógenos podem ser superados com o aperfeiçoamento das capacidades endógenas. Assim, procura-se enfatizar a importância do setor industrial como um dos caminhos para o desenvolvimento sustentável, para além de outros setores da economia: “a expansão da competitividade industrial depende do sucesso das interações entre o progresso científico e tecnológico; da identificação das perspectivas e necessidades do mercado; e da difusão e acesso às tecnologias disponíveis” (TAVARES; KRETZER; MEDEIROS, 2005).

Uma política de inovação tecnológica eficaz e dinâmica significa convergência entre política industrial e política científica/tecnológica, onde se preserva o aumento no investimento em pesquisa e desenvolvimento, que tanto caracteriza a Europa e EUA, definindo assim a trajetória para o desenvolvimento sustentável da economia. As relações entre inovação tecnológica e estruturação da economia, de um modo geral, trazem impactos positivos em cadeia, tais como: nova configuração das posições relativas face à concorrência; redefinição da dimensão das fronteiras da empresa; nova relação com os consumidores, visando maior acesso aos produtos; alteração do poder de barganha; novas relações econômicas e institucionais entre os agentes econômicos, onde procuram implantar políticas de cooperação; entre outras.

A estrutura organizacional da indústria brasileira ainda está passando pela remodelagem para se adequar à velocidade de desenvolvimento global e à competição, dentro do contexto da redefinição estrutural endógena, face ao mercado internacional. Internamente, as políticas econômicas nacionais brasileiras continuam procurando um formato ideal, tendo por base segmentos setoriais nos quais medidas institucionais alteram o meio industrial, expandindo sua atuação para mercados externos (GEM BRASIL, 2010).

Qualquer alteração estrutural e organizacional pode representar um negócio de alto

risco em termos de decisões. Sendo assim, no intuito de limitar o risco, os empresários empreendedores praticam uma gestão muito conservadora, centralizadora e de pouca flexibilidade, visada em curto prazo e com pouco impacto sistêmico (GEM BRASIL 2010).

Avaliando a análise acima citada, é válido questionar qual tipo de empreendedorismo se manifesta atualmente no Brasil. Segundo dados da GEM Brasil (2010), as novas oportunidades de negócios são a forma mais segura de se obter sucesso em um novo empreendimento. Entretanto existe a questão da necessidade da própria empresa de buscar novos empreendimentos para manter sua sobrevivência, mesmo que isso gere novas oportunidades para a concorrência.

O estudo da GEM relata que desde 2002 o Brasil vem sendo qualificado, segundo dados da Tabela 2, como um país que empreende mais por oportunidade, chegando à ordem de 3 empreendimentos oportunos por 1 necessário. Pela pesquisa, observa-se que os empreendimentos por necessidade estão relacionados com a conjuntura econômica do país, afinal quanto maior o número de oferta de empregos, menor será o índice de surgimento de empreendimentos por necessidade.

Tabela 2 - Empreendedores iniciais e nascentes, segundo razão entre oportunidade e necessidade – Brasil – 2002:2010

Razão oportunidade / necessidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Empreendedores iniciais	0,8	1,2	1,1	1,1	1,1	1,4	2	1,6	2,1
Empreendedores nascentes	0,7	1,1	1,3	1,7	2,3	1,7	2,6	2,9	3,1

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2002:2010)

Em 2010 houve uma diminuição da taxa de desemprego acompanhada do aumento dos trabalhadores formais na economia nacional. Consequentemente muitos dos brasileiros que seriam impelidos a empreender por necessidade encontraram um emprego. Dessa forma há maior probabilidade de surgirem os empreendedores por oportunidade, por serem estes mais preparados e vocacionados para se aventurar no mundo dos negócios (GEM BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com os dados apresentados pela GEM Brasil, países em desenvolvimento tendem a acentuar o surgimento de novos empreendedores por oportunidade, já que o mercado acaba favorecendo a implementação de novos pontos de trabalho e conjuntamente facilita o acesso ao crédito para empresas iniciantes.

No que se refere à escolaridade, para tentar estabelecer uma verificação entre a escolaridade e empreendedorismo, busca-se utilizar informações da GEM Brasil coletadas pela ONU. O Brasil, nos últimos anos, vem melhorando sua taxa de escolaridade, diminuindo o índice de evasão e aumentando a perseverança no ensino superior. Tudo tem transformado a

visão internacional sobre a educação brasileira. A população brasileira está assim dividida: 10% não possuem educação formal, 25,5% têm entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de estudo, 53,2% entre 5 (cinco) e 11(onze) anos e 11,3% possuem mais de 11(onze) anos (FIBGE 2007 *apud* GEM Brasil 2010, p. 56). Para o ano de 2010, “a ação empreendedora e sua relação com o nível de escolaridade denotam que 78,6% dos empreendedores brasileiros têm acima de 5 (cinco) anos de estudo. Portanto, considerando que a parcela da população brasileira com esse tempo de escolaridade é de 64,7 % pode-se afirmar que o empreendedor possui mais anos de estudo do que a média do cidadão brasileiro” (GEM BRASIL, 2010, p. 56).

Tabela 3 - Empreendedores iniciais segundo escolaridade – Brasil - 2002:2010 – Proporção (%).

Educação (anos de estudo)	Empreendedores iniciais – Brasil									
	Proporção (%)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002: 2010
Sem educação formal	2,3	1,6	2,3	5,0	0,9	3,0	3,0	1,0	1,2	2,3
1 a 4	48,5	43,7	29,4	24,1	28,8	25,7	27,8	27,6	20,2	30,6
5 a 11	37,4	40,9	54,2	50,9	51,3	54,0	52,7	52,7	53,5	49,7
Mais de 11	11,8	13,9	14,2	20,0	19,0	17,3	16,5	18,7	25,1	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2002:2010)

Um fato relevante que o estudo da GEM Brasil coloca é que a razão entre oportunidade/necessidade torna-se claramente distinta, na medida em que o nível de escolaridade dos empreendedores aumenta. A motivação para se empreender nos níveis de educação mais baixos é menor se comparada com os que possuem níveis com média de 11 anos de estudo; nesse caso, a proporção chega a 4,1 novos empreendimentos por oportunidade para um por necessidade. Vejamos a Tabela 4:

Tabela 4 - Empreendedores iniciais segundo motivação e escolaridade – Brasil – 2010 – Taxas (%).

Escolaridade (anos de estudo)	TEA	Motivação		Razão oportunidade / necessidade
		Oportunidade	Necessidade	
Sem educação formal	9,3	47	4,7	1,0
1 a 4	15,7	7,9	7,9	1,0
5 a 11	17,1	11,7	5,3	2,2
Mais de 11	19,7	15,6	3,4	4,6
Todas as faixas	17,5	11,9	5,4	2,2

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2010)

Quando se faz uma análise da renda como fator motivador ao empreendimento, o resultado acompanha a similaridade da escolaridade. Quanto maior a renda do indivíduo maior será sua pretensão de empreender, principalmente no setor por oportunidade. É o que nos mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Empreendedores iniciais segundo motivação e renda – Brasil – 2010 – Taxas (%).

Faixa de renda (salários mínimos)	TEA	Motivação		Razão oportunidade / necessidade
		Oportunidade	Necessidade	
Menos de 3	16,3	9,1	6,9	1,3
De 3 a 6	19,0	14,6	4,2	3,5
Mais de 6	19,2	15,3	3,7	4,1
Total	17,5	11,9	5,4	2,2

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2010)

Os resultados obtidos pela pesquisa da GEM na Tabela 5 acompanham o mesmo resultado obtido em outros países, ou seja, o aumento no nível da renda aumenta também a porcentagem de empreendedores. Uma característica distinta é que, com o aumento da renda, o número de empreendedores por necessidade diminui e aumenta o nível dos que iniciam atividades empreendedoras por oportunidade, demonstrando uma relação inversa entre empreendedorismo por necessidade e renda. Segundo dados da GEM Brasil 2010, a maioria dos empreendedores que começam seu próprio negócio são aqueles que possuem um capital próprio de até R\$ 10.000,00. A grande diferença de renda entre as classes sociais influencia diretamente na quantidade de novos empreendimentos em um país; sendo assim, elevando a renda da sociedade, pode-se elevar também o índice de empreendedores por oportunidade e diminuir os que a iniciam por necessidade (GEM BRASIL, 2010, p. 59-61). Segundo análise da GEM Global 2010:

O empreendedor difere na variedade e nível das aspirações que tem para o seu negócio. Têm ambições particulares sobre como prospectar seu crescimento. Adicionalmente introduzem produtos ou serviços exibindo períodos de inovação: nível de novidade do produto e do mercado, bem como a existência de concorrência para o seu negócio. Empreendedores também podem aspirar buscar atingir o mercado internacional para seus produtos e serviços. Com essas ambições, o empreendedor tem o potencial de impactar significativamente o crescimento na geração de empregos como vantagem comparativa para as economias nacionais (GEM GLOBAL, 2010).

O empreendedorismo é o meio mais rápido para gerar novos pontos de trabalho dentro da economia. Por isso, qualquer atitude que venha a moldar a estrutura local para facilitar o

início de um negócio de um empreendedor, faz com que a renda e a oportunidade surjam mais acentuadamente dentro do mercado econômico local. Segundo a GEM Brasil (2010), dentro da esfera mundial, o Brasil, impulsionado pela eficiência, está muito atrás de seus colegas da mesma categoria. A qualificação do Brasil é a de 38º lugar, numa lista em que de 10 (dez) empreendedores em estágio inicial, 9 (nove) esperam gerar pelo menos um emprego. O Brasil está atrás de países como o Egito (27º), Eslovênia (16º), África do Sul (15º) e Letônia (3º).

A confiança dos empreendedores brasileiros mostra-se baixa ao se considerar as possibilidades de expansão dos seus empreendimentos [...] Também se observa que pouco mais de 36% dos empreendedores, em 2010, não possuem expectativas de criação e geração de qualquer emprego no prazo de 5 (cinco) anos, e pouco mais de 23% objetivam gerar 6 (seis) ou mais postos de trabalho. Isto significa dizer que, dos 21,1 milhões de empreendedores brasileiros em 2010, 4,9 milhões estimam a geração de pelo menos 6 empregos através de seus empreendimentos nos próximos 5 (cinco) anos. Vale ressaltar que, em comparação com o ano anterior, houve um aumento substancial nesta proporcionalidade, que era de 15,2%, a expectativa de criação de 6 (seis) empregos ou mais nos próximos 5 (cinco) anos (GEM BRASIL, 2010).

A geração de empregos no Brasil, devido à sua colocação, impulsionado pela eficiência, como um país que empreende mais por oportunidade do que por necessidade, deveria obter um resultado mais significativo. Mas, para avaliar ainda os pontos de empecilho para a economia brasileira, é necessário primeiro verificar os fatores de inovação, que são delimitadores do posicionamento tecnológico brasileiro. Segundo avaliação da GEM Brasil (2010), os produtos brasileiros são considerados pela maioria como conhecidos e sem nenhuma novidade, como se segue na Tabela 6.

Tabela 6 - Empreendedores iniciais segundo conhecimento do produto ou serviço – Brasil – 2010.

Produto ou serviço	Proporção (%)
Novo para todos	7,5
Novo para alguns	9,3
Ninguém considera novo	83,2
Total	100

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2010)

Sabe-se que um país que investe em educação, conforme a Tabela 4, aumenta o nível dos empreendedores por oportunidade e conseqüentemente eleva o surgimento das aspirações pelo produto inovador. A educação de qualidade está ligada diretamente a novos meios de produção, o que eleva o índice de inovação em um país. Como é demonstrado pela Tabela 7, os empreendedores que possuem, no mínimo, o ensino médio completo, são os que, da sua classe, mais consideram seus produtos ou serviços inovadores para todos ou para alguma

classe da sociedade.

Tabela 7 - Conhecimento do produto ou serviço dos empreendedores iniciais segundo grau de escolaridade Brasil – 2010

Produto é novo para alguns ou todos os consumidores	
Grau de escolaridade	Proporção (%)
Ensino fundamental incompleto	14,3
Ensino fundamental completo	10,7
Ensino médio incompleto	10,7
Ensino médio completo	33,9
Ensino superior incompleto	8,9
Ensino superior completo	12,5
Pós-graduado	8,9

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2010)

Os setores destinados a alimentação e roupas são os mais considerados pelos empreendedores como tendo alguma inovação a ser oferecida ao consumidor. Vale ressaltar que a inovação do produto está relacionada diretamente a um bem que visa melhorar ou oferecer um benefício à sociedade, pois produtos que não são direcionados ao consumidor tendem a se tornar um fracasso.

Para tanto os empreendedores que inovam ficam em posição de vantagem em relação aos demais, visto que os benefícios da inovação não se limitam às empresas. Para os países as inovações permitem o aumento do nível de geração de emprego e renda, além do acesso ao mundo globalizado (GEM BRASIL, 2010).

O conhecimento ativa a capacidade inovadora e aperfeiçoa os setores empreendedores de uma economia. Investir no conhecimento é substancial para um país que deseja ser equacionado junto a grandes economias empreendedoras, tanto no seu mercado nacional como mundial. Buscando avaliar o índice de inovação e concorrência nos países analisados pelo GEM Global, para que seja traçada uma tangente ao conhecimento empregado em cada nação, a Tabela 8 demonstra uma taxa de concorrência por produto inovado (para produto novo e com alguma concorrência e produto novo ou com nenhuma concorrência). De acordo com a Tabela 8, os dados revelam o quanto um mercado está desenvolvendo sua capacidade inovadora ou o quanto ela é dominada pelos agentes institucionais que impedem o mercado de ter acesso ao conhecimento, quer pela educação fornecida, quer pelas restrições à entrada de tecnologia no país.

Tabela 8 - Inovação na atividade empreendedora em estágio inicial, 2008–2010.

2008 a 2010	País	Produto novo para todos/alguns consumidores e nenhuma/pouca concorrência	Produto novo para todos/alguns consumidores ou nenhuma/pouca concorrência	
Impulsionados por fatores	Uganda	15,01(%)	17,83(%)	
	Gana	16,08(%)	17,06(%)	
	Zâmbio	16,68(%)	20,30(%)	
	Índia	7,93(%)	33,84(%)	
	Egito	12,53(%)	31,4(%)	
	Venezuela	16,83(%)	27,48(%)	
	Jamaica	14,00(%)	32,88(%)	
	Líbano	23,33(%)	24,78(%)	
	Irã	16,77(%)	33,23(%)	
	Palestina e Faixa de Gaza	23,88(%)	28,12(%)	
	Angola	16,77(%)	37,01(%)	
	Bolívia	16,14(%)	39,21(%)	
	Vanuatu	34,71(%)	25,96(%)	
	Argélia	23,92(%)	38,22(%)	
	Arábia Saudita	25,48(%)	38,85(%)	
	Impulsionados pela eficiência	Brasil	9,33(%)	21,51(%)
		Bósnia e Herzegovina	18,50(%)	31,97(%)
Trinidad e Tobago		9,62(%)	26,28(%)	
Hungria		13,07(%)	25,88(%)	
Tunísia		13,66(%)	25,54(%)	
Croácia		17,46(%)	30,47(%)	
Equador		15,02(%)	32,92(%)	
Macedônia		21,51(%)	28,8(%)	
Montenegro		18,31(%)	33,22(%)	
Colômbia		27,55(%)	24,41(%)	
Rep. Dominicana		20,52(%)	34,86(%)	
Letônia		31,52(%)	25,61(%)	
Costa Rica		24,88(%)	32,74(%)	
México		27,60(%)	36,05(%)	
China		17,65(%)	50,53(%)	
Uruguai		40,42(%)	29,61(%)	
Argentina		36,76(%)	35,41(%)	
África do Sul		34,09(%)	38,09(%)	
Turquia		27,07(%)	53,70(%)	
Peru	42,99(%)	40,82(%)		
Chile	52,59(%)	37,70(%)		
Impulsionados pela inovação	Itália	20,36(%)	27,29(%)	
	Coréia do Sul	20,99(%)	29,69(%)	
	Alemanha	26,38(%)	24,84(%)	
	Reino Unido	27,77(%)	23,90(%)	
	Holanda	28,28(%)	23,55(%)	
	Espanha	24,03(%)	29,56(%)	
	Finlândia	22,09(%)	32,40(%)	
	Bélgica	27,91(%)	28,01(%)	
	Estados Unidos	26,27(%)	30,45(%)	
	Israel	26,17(%)	32,05(%)	
	Eslovênia	34,80(%)	24,08(%)	
	Noruega	32,58(%)	26,64(%)	
	Dinamarca	37,13(%)	23,55(%)	
	Grécia	32,85(%)	27,95(%)	
	Islândia	38,03(%)	24,22(%)	
	França	34,40(%)	28,11(%)	

Fonte: GEM Global Report (2010)

Ao observar os dados relatados pela GEM, vê-se que o Brasil possui uma das menores taxas para inovação e concorrência no estágio inicial do produto. Essa característica demonstra que a taxa de inovação para o produto brasileiro está abaixo dos mercados internacionais e, conseqüentemente, que o acesso à tecnologia é escasso.

A tecnologia é produto de uma economia e é uma força para o crescimento econômico e social de um país. É parte integrante e fundamental dos empreendimentos, dado que afeta e é afetada pelas tradições culturais de uma sociedade. Elas são igualmente uma forma de desenvolver e projetar o empreendedorismo (GEM BRASIL, 2010).

Pela compreensão do grupo de estudo da GEM Brasil, a metodologia e a forma de se aplicar a tecnologia em determinado país estão ligadas diretamente ao histórico cultural e sociológico, como salienta Salomon, Sagasti e Sachs-Jeantet (1993) no artigo “Da tradição à modernidade”. Para eles, a situação histórica e cultural de um país tem que estar preparada ideologicamente para absorver a tecnologia inovadora que irá ser implantada na economia do país.

Como enfatizou recente relatório do Conselho Internacional para Estudos da Ciência Política, "mudança tecnológica e inovação não podem ter efeitos socialmente benéficos se o contexto cultural e político não estiver preparado para absorvê-las e incorporá-las, e para atingir as transformações estruturais que serão exigidas — um processo muito mais difícil e complexo que uma mera transferência de recursos (nesse caso, ciência e tecnologia ao invés de capital) dos ricos para os pobres, como uma forma de corrigir as desigualdades. Ciência e tecnologia têm provocado um enorme impacto ao reduzir o peso do trabalho físico e melhorando o bem-estar social. Essas contribuições só se tornaram possíveis através do enorme poder metodológico do pensamento científico, que amplia a habilidade humana para criar e desenvolver alternativas. Entretanto, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é bem mais do que a aplicação da lógica objetiva. Ele é construído em um consenso social, sobre metas e valores. Ciência e tecnologia somente existem através de seres humanos agindo em certos contextos, e, como tal, não podem ser inteiramente neutras e isentas de valores (ICSPS, 1992 *apud* SALOMON; SAGASTI; SACHS-JEANTET, 1993).

É inquestionável que a maioria dos teóricos econômicos como Adam Smith, Marx, Freeman, Marshall e de Shumpheter a Samuelson têm a tecnologia e a inovação como parâmetros indispensáveis para a elevação da renda e melhoria da qualidade de vida nas nações. Mas todos eles relatam que mudanças ideológicas no meio social, cultural e econômico devem preceder a uma eventual alteração nos padrões tecnológicos (HEILBRONER, 1996).

No Brasil, a inovação tecnológica não é tão atuante. Segundo dados da GEM Global,

cerca de 89% dos empreendedores iniciantes afirmam que uma nova tecnologia está sendo utilizada no seu empreendimento há mais de 5 anos. No ranking mundial, segundo a GEM Global, o Brasil se encontra na 50ª posição, ficando abaixo da Arábia Saudita (1º), Palestina (2º), Taiwan (7º), Jamaica (9º), Bolívia (45º) etc: “os empreendedores mais preocupados com a inovação de seus negócios são os que possuem nível de escolaridade superior aos demais, onde tem pelo menos 11(onze) anos de estudos, que é o tempo mínimo no Brasil para aqueles que concluem o ensino médio” (GEM BRASIL, 2010, pg. 138).

3.4 LIMITAÇÕES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

De acordo com a pesquisa da GEM Brasil (2010), ao se elaborar uma pesquisa sobre os fatores que limitam a ação empreendedora no país, três pontos foram salientados como prioritários no quadro de dificuldades.

Tabela 9 - Fatores limitantes ao empreendedorismo mais citados pelos especialistas 2002 a 2010 – perguntas abertas.

Fatores limitantes	% de citações						
	2002	2003	2004	2006	2008	2009	2010
Política governamental	84%	62%	69%	80%	69%	86%	69%
Apoio financeiro	42%	58%	71%	71%	46%	50%	56%
Educação e capacitação	67%	35%	40%	51%	37%	58%	50%

Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2010)

Dentre os pontos que influenciam essa cadeia, a GEM Brasil (2010) levantou alguns fatores que representam dificuldades:

1º fator - Política Governamental:

1. Falta de uma política nacional voltada para o empreendedorismo, contemplando focos estratégicos nacionais e regionais, fontes de financiamento, linhas de crédito específicas para novos e já existentes empreendedores, bem como formas de apoio.
2. Ausência de políticas que desenvolvam atitudes empreendedoras.
3. Carência de incentivos governamentais que deem condições mínimas para os novos empreendimentos. É preciso que o Governo Federal dê condições para que os estados e municípios possam conceder incentivos.
4. A burocracia afeta a abertura e a manutenção de novos negócios. Houve um avanço recente

com a lei do empreendedor individual, mas esta volta-se para negócios muito pouco sofisticados.

5. O peso da carga tributária exercida sobre as atividades empreendedoras, especialmente sobre a folha de pagamento. Houve avanço, nesse sentido, após a promulgação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; entretanto, depois que ela deixa de ser optante do Simples, a possibilidade de crescimento é bastante dificultada em razão da carga tributária elevada.
6. Custo Brasil elevado (exemplo: infraestrutura de transportes).
7. Legislação trabalhista confusa e antiquada.
8. Sistema jurídico emperrado, que não resolve os processos, dá margens a inúmeras postergações e recursos, sobretudo para quem tem mais recursos financeiros e melhores advogados.
9. O empreendedor não sabe em que porta bater para submeter um projeto inovador, para que tenha uma análise contínua do seu projeto, saber se ele está tramitando ou não. Falta um ponto único onde o empresariado possa ter interlocução mais efetiva, confiável, de que ele está caminhando para um lugar certo. O resultado é que, na dúvida, as pessoas preferem se retrair.

Após ser feito o levantamento, a GEM Brasil (2010) chega à seguinte conclusão para as políticas governamentais brasileiras:

Nota-se pelas opiniões dos especialistas que, de fato, há muito que avançar em reformas microeconômicas, que tratem da modernização do judiciário, revisão e simplificação de regras e procedimentos para a abertura e continuidade de um empreendimento no País. Novamente recorrendo ao “Doing Business 2011”, a percepção dos especialistas vai ao encontro da classificação obtida pelo Brasil nos quesitos: Abertura de Negócios, Pagamento de Impostos e Registro de Propriedades, em que respectivamente o Brasil se classifica na 128ª, 152ª e 122ª posição dentre os 183 países da pesquisa (GEM BRASIL, 2010).

No que tange a políticas governamentais estaduais, federais e municipais:

Em comparação aos demais países da pesquisa GEM, percebe-se que o Brasil se encontra abaixo da média quando considera a efetividade do apoio das políticas nos três entes da federação. Dos 59 países, estamos na 44ª posição, atrás de África do Sul, China, Chile, Rússia e Estados Unidos [...]. Quando considerado os impostos, burocracia, regulamentações e tempo de abertura de empresas o Brasil se posiciona na última colocação (GEM BRASIL, 2010).

2º fator – Apoio Financeiro:

1. Exigência de garantia real para concessão de financiamentos.
2. Dificuldade de acesso ao crédito e o seu custo elevado (juros, impostos e taxas bancárias),

insuficiência de microcrédito e de produtos e serviços bancários especialmente desenhados para MPEs e empresas nascentes.

3. Muita burocracia no acesso aos recursos financeiros, desestimulando o empreendedorismo. Além disso, muitos dos programas de apoio financeiro não têm uma grande divulgação, dificultando o acesso do empreendedor a essas linhas de financiamento.
4. A oferta de crédito e financiamento existe, mas a demanda não é atendida porque há níveis de garantias solicitadas, que eventualmente uma pessoa que está iniciando a atividade empreendedora não tem como oferecer. É um problema na qualidade das linhas de crédito que são oferecidas. Cabe aos próprios órgãos oficiais, sobretudo, tentar mapear esse novo empreendedor brasileiro, observar quais condições ele tem para oferecer. A solução poderia estar no microcrédito, mas com valores um pouco maiores, porque o microcrédito ainda oferece pouco dinheiro.
5. Houve uma ampliação no crédito, uma melhora significativa para negócios que já estão em operação. Fica muito confortável para um gerente de banco conceder uma nova aprovação de crédito para quem já é um cliente da carteira dele, que já pagou sem grandes dificuldades. Para implantação empresarial, é muito difícil ter acesso a crédito. Consegue-se para diversificação, ampliação de um negócio que já existe e já tem sucesso. Os gestores de crédito no Brasil ainda têm muita dificuldade em analisar um plano de negócios de uma empresa que virá e qual é sua possibilidade de sucesso no mercado. Isso traz limitações de linhas de crédito para implantação. O Sistema Financeiro tem que criar novas possibilidades, linhas de crédito para novos negócios, negócios nascentes na linguagem do GEM.
6. Faltam recursos para apoiar os programas existentes e pessoal capacitado para abrigar ou desenvolver novas empresas com alto potencial de crescimento a partir da inovação.
7. Dificuldades na obtenção de linhas de créditos em bancos federais.
8. Faltam instrumentos de apoio à empresa, como financiamento e suporte, sobretudo à área de risco tecnológico na qual o Brasil começou a avançar agora, mas que, em países com maior tradição de empreendedorismo tecnológico, já existem há muito tempo: programas que apoiam e subsidiam atividades das empresas iniciantes e que vão incorrer em um risco tecnológico maior. Diferentemente de criar empresas pouco inovadoras, é empreender já com o espírito inovador.
9. Poucos editais de captação de recursos para empresas iniciantes.
10. Custo do capital. Os juros no Brasil estão entre os mais abusivos e mais altos do mundo. Os outros países reduziram taxas de juros para incentivar o consumo.

11. Acesso ao capital, capital próprio para “queimar”, *venture capital* e *angels* ainda são incipientes no Brasil.
12. Apoio financeiro destinado a potenciais empreendimentos, ou seja, para empresas em fase de pré-incubação. São muito raros e, quando existem, são mal divulgados. Algum tipo de apoio para esta fase é fundamental, pois potenciais empreendedores tendem a desistir de suas ideias, normalmente surgidas no âmbito das universidades, por não possuírem recursos objetivos para torná-las viáveis.

Após avaliar os pontos abordados, a GEM Brasil (2010) chega à seguinte conclusão sobre o apoio financeiro às empresas.

Uma reflexão importante é constatar que a percepção dos especialistas em relação ao suporte financeiro novamente ilustra a situação que o Brasil vive. Quando as respostas fechadas são detalhadas, no que se refere a este quesito, há avaliações positivas quanto à disponibilidade de recursos (por exemplo, quando se analisa a disponibilidade de recursos para empresas novas ou em crescimento, o País se encontra na 14ª posição, à frente da China, Estados Unidos, Chile e vários outros países). Fato que evidencia a boa performance macroeconômica do país proporcionada em parte pela maior oferta de recursos para financiamento na sociedade. Entretanto, quando analisadas as regras, condições, limites, formas de acesso ao crédito, não se registra uma percepção positiva do crédito. Ou seja, avançou-se na questão macroeconômica, mas não em reformas microeconômicas que ampliem o acesso ao crédito (mercado de capitais, fundos de capital de risco, redução e eliminação de exigências na concessão do crédito pelos bancos públicos e privados e mudanças que reduzam o custo do capital de terceiros) (GEM BRASIL, 2010).

O terceiro ponto a ser observado como limitante do empreendedorismo no Brasil, mas não menos importante está relacionado às pessoas que atuam no mercado.

3º fator - Educação e Capacitação:

1. Estudar empreendedorismo na escola e oferecer a disciplina “Empreendedorismo” na educação regular. Incluir o empreendedorismo no âmbito escolar é papel das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.
2. Há falha na formação dos professores, dado que não gostam de ensinar a “correr riscos”.
3. No processo de formação do indivíduo, o sistema educacional não instiga a pensar e desenvolver ‘tino’ de negócios, que é um dos vários elementos que compõem a atividade empreendedora. A educação não contempla a associação do sonho com o trabalho e não prioriza o estudo de oportunidades, a criatividade e a inovação.
4. Falta capacitação da população economicamente ativa e que procura empreender. Deve haver capacitação em instituições como SEBRAE, SENAI, SESI, enfim, o Sistema S.
5. A educação universitária não aborda o empreendedorismo.

6. A educação empreendedora na juventude, época em que os jovens estão se inserindo no mercado de trabalho, é um fator limitante. O empreendedorismo deve ser incentivado na infância, de maneira que as crianças adquiram/identifiquem-se com as atividades empreendedoras.
7. Cultura nacional. Ainda incipientes ações de fomento e educação empreendedora nas escolas públicas, nas universidades.
8. Baixo nível de educação da população. As escolas públicas oferecem um ensino muito ruim; por isso a mão de obra é desqualificada.
9. O povo é criativo, mas não há conhecimento suficiente para transformar a criatividade em inovação. Há falta de educação em empreendedorismo, não há base cultural.

Esse fator é o maior limitante ao desenvolvimento do país. Uma nação que não investe em educação oprime a força motora intelectual, o que repercute em todas as células da sociedade. Um cidadão que não consegue visualizar sua capacidade de transformação não poderá alcançar os seus sonhos, nem mesmo uma melhoria na qualidade de vida. A GEM Brasil (2010) chega à seguinte conclusão sobre os dados coletados: “comparando com os dados internacionais, a situação se torna mais preocupante quando se observa que o Brasil se posiciona na penúltima posição, somente à frente do Egito”.

O Brasil possui incentivos macroeconômicos que oferecem grandes oportunidades de se empreender. Mas quando é visualizado o conjunto de fatores, pode-se observar que as políticas governamentais não auxiliam na geração de uma estrutura propícia a receber a inovação. Ora, sem educação focada no desenvolvimento e observada a dificuldade de acesso ao crédito devido à grande burocracia, minam-se as possibilidades de alcançar melhores resultados para a economia do país.

Ainda assim, mesmo com as dificuldades encontradas pela microeconomia no país, o Brasil vem buscando ampliar seu mercado para satisfazer o consumo interno. A falta de estruturação imprime no mercado posturas empreendedoras informais, já que o incentivo macroeconômico se torna maior que as medidas microeconômicas. Toda postura antiprofissional, conjuntamente com a ação ilícita, se constitui em empecilho e/ou barreira às inovações, significando passividade empresarial face à inovação. Aí entra a importância do agente regulador e/ou incentivador, ou seja, o papel do Estado; ele tem obrigação de criar ambientes institucionais específicos de impacto, que provoquem a redefinição da política industrial mediante implementação efetiva de mecanismos de apoio à inovação.

Segundo Soares de Paula (2006), o crescente aumento do número de novas empresas

brasileiras em conjunto com a falta de estratégia organizacional para atuarem no mercado global são fatores inibidores, que impedem as firmas no Brasil de se expandirem para o comércio internacional. Para ele, o que falta para o mercado nacional são políticas que incentivam e sustentam as empresas inovadoras; as instituições exercem papel crucial para a mudança do quadro econômico no Brasil. É preciso também avaliar como os novos empreendimentos brasileiros estão surgindo; Soares (2006) relata:

Há que se considerar o alto índice de mortalidade infantil no mundo das empresas emergentes. De cada três empresas criadas, duas fecham as portas. Em se tratando das pequenas empresas, a estatística é ainda mais desesperadora: 99% delas abrem falência prematuramente, justamente por falta da capacidade de implementar um conjunto de ações gerenciais no ambiente interno do empreendimento.

Isto é reflexo de empreendedores com má instrução, sem nenhuma estratégia ordenada e planejada. O Brasil pode possuir a posição de um dos países que mais empreendem, mas o fato de grande parte das firmas não estarem regulamentadas as caracteriza como empresas ineficientes no mercado local, o que torna uma abordagem no mercado externo praticamente inviável. Além de o mercado precisar de empreendedores capacitados, os interessados devem também procurar o governo e solicitar políticas que apoiem e incentivem as empresas a serem inovadoras no sentido mais amplo.

O papel das inovações no mercado é fundamental para a reestruturação da economia brasileira. Assim, é preciso que os agentes econômicos – Estado e empresas – procurem desenvolver uma interface dinâmica e fundamental para estimular a formação de um ambiente propício a inovação, a investimentos externos, entre outros. Por outro lado, é fundamental que os agentes procurem investir nos setores que têm impacto positivo em toda a economia, para a promoção de competitividade e internacionalização econômica. No caso específico da economia brasileira, existem vários programas capazes de incentivar uma dinâmica desejada da economia, mas todos esbarram na questão institucional, financeira, infraestrutural e, principalmente, na falta de iniciativa e visão de longo prazo por parte da maioria dos empresários.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO

Buscando encontrar um objeto que se aplicasse à interpretação encontrada sobre a teoria de Weber, no que se refere ao Protestantismo como fato impulsionador dos empreendimentos no século XIX, foi realizada, em uma instituição protestante, uma série de questões sobre a ação empreendedora.

Esta é uma pesquisa qualitativa, cujos resultados são avaliados não de forma estatística, mas qualificando os resultados com base na maioria das intenções dos entrevistados. Esta pesquisa foi realizada em Vitória da Conquista, na Bahia, no período de 28 de Julho a 31 de julho de 2011, com 70 protestantes entre 22 (vinte e dois) e 58 (cinquenta e oito) anos. A maioria dos participantes pertence, há mais de quatro anos, a diferentes igrejas das seguintes denominações: Batistas, Pentecostais, Metodistas e Carismáticos.

Ao fazer a interpretação dos dados coletados, verificou-se que metade dos entrevistados tem a intenção de empreender nos próximos dois anos. As mesmas perguntas foram realizadas pela GEM em 2008 (Anexo B) e o resultado obtido se assemelha ao apresentado pela pesquisa na instituição protestante. Entretanto alguns pontos merecem ser retratados para fins comparativos com os pontos abordados pela GEM Brasil (2010). A pesquisa começa (Tabela 10) retratando a intenção de empreender nos próximos dois anos, o que, segundo pontos delimitadores de gênero e escolaridade coloca a mulher com maior intenção de empreender do que o homem; esse fato pode ser explicado pelo motivo de a maioria das entrevistadas terem maior nível de escolaridade do que os homens (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

Tabela 10 - A atividade empreendedora da instituição protestante por gênero e escolaridade

	70 cidadãos entre 22 e 58 anos foram entrevistados	Dos entrevistados que ainda têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos	Dos entrevistados que NÃO têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos
Gênero	Homem	15	20
	Mulher	20	15
Escolaridade	De 5 a 11 anos de estudo	29	30
	Acima de 11 anos de estudo	6	5

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Na questão escolaridade, a verificação é similar ao encontrado pela GEM, conforme foi relatado no capítulo anterior (Tabela 3). A maioria dos iniciantes no empreendedorismo, no

Brasil, se encontra na classe com menor escolaridade, ou seja, até onze anos de estudo; entretanto, segundo a GEM Brasil (2010), grande parte dos empreendedores com escolaridade baixa tende a investir seus recursos nos setores primários da economia, como construção e agricultura. Já os que possuem mais de 11 (onze) anos de estudo procuram iniciar suas atividades empreendedoras em assessoria e consultorias às empresas.

Partindo dos dados da Tabela 2, pode-se constatar que o Brasil é um país que empreende mais por oportunidade do que por necessidade, que os empreendedores por oportunidade se encontram com escolaridade acima de 11 anos de estudo. Na nossa pesquisa junto à instituição protestante, a realidade é diferente da apresentada pela GEM Brasil, pois o posicionamento da maioria dos entrevistados protestantes com interesses na iniciação empresarial está movida por necessidade e não pela oportunidade. Mas essa realidade coloca a instituição entrevistada numa avaliação esperada pelo Grupo da GEM Brasil, já que empreendedores com menor instrução educacional tendem a iniciar a atividade empreendedora movidos pela necessidade, fato esse que é comprovado pela baixa renda encontrada na maioria dos entrevistados, conforme a Tabela 11. A possibilidade de a instituição pesquisada refletir uma realidade oposta ao que Weber demonstrou nos primeiros capítulos, referindo-se à iniciativa empreendedora, precisa ser avaliada com a inserção dos resultados obtidos na pesquisa sobre a renda (Tabela 11).

Tabela 11 - A atividade empreendedora da instituição protestante por incentivo da renda

	70 cidadãos entre 22 e 58 anos foram entrevistados	Dos entrevistados que ainda têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos	Dos entrevistados que NÃO têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos
Renda	até 3 salários mínimos	18	16
	Entre 3 e 6 salários mínimos	9	7
	Acima de 6 salários mínimos	2	6

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Segundo o que foi apresentado na Tabela 5 sobre a proporção entre empreendedorismo e renda, é fato que à medida que a renda aumenta, cresce o incentivo à iniciação empreendedora por oportunidade. No caso dos dados coletados na pesquisa de campo, vimos que a classe entrevistada está, em sua maioria, no eixo dos que ganham menos de três salários mínimos, implicando numa intenção de abrir seu próprio negócio mais por necessidade. A GEM Brasil (2010) informa que, para a maioria dos entrevistados no Brasil, o capital próprio é essencial para abrir seu empreendimento, quando este se situa entre R\$ 2.000,00 e R\$

10.000,00. Avaliando segundo o parâmetro da GEM, a Tabela 12 informa que, entre os que têm a intenção de empreender, poucos possuem capital ou recurso necessário para começar, mesmo que alguns prefiram solicitar um empréstimo.

Tabela 12 - A atividade empreendedora da instituição protestante por capital e empréstimo

	70 cidadãos entre 22 e 58 anos foram entrevistados	Dos entrevistados que ainda têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos	Dos entrevistados que NÃO têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos
Capital	Possuem o capital próprio para abrir o seu negócio	11	Não opinaram
Empréstimo	Iram adquirir empréstimo para abrir o seu próprio negócio	15	Não opinaram

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Quanto menor o recurso necessário para iniciar um novo negócio, maior é a participação dos recursos do próprio empreendedor. À medida que o volume de recursos suficientes para iniciar o negócio cresce, diminui a participação dos próprios recursos do empreendedor no processo de abertura (GEM BRASIL, p. 61).

Os recursos, para os entrevistados são escassos, de acordo os resultados da pesquisa. Dentre os 35 que desejam abrir seu próprio negócio, apenas 11 possuem o capital necessário, o que pode ser explicado devido à baixa renda, na maioria dos entrevistados. No Brasil, a baixa captação de recursos financeiros orienta o foco dos negócios ao consumidor final (comércio varejista) e com propensão à informalidade (GEM BRASIL 2010).

Ainda que os entrevistados possuam pouco capital para iniciarem suas atividades, um número significativo deles tem a intenção de efetivar contratações subsequentes à abertura do empreendimento. Esse posicionamento, conforme a Tabela 13, demonstra uma estimativa superior à encontrada pela pesquisa da GEM Global 2010, que é a de 55% dos novos negócios gerarem de 1 a 5 empregos. Dos entrevistados, 24 dos 35 possuem a intenção de contratar pelo menos dois funcionários.

Tabela 13 – A atividade empreendedora da instituição protestante e intenção em contratação

	70 cidadãos entre 22 e 58 anos foram entrevistados	Dos entrevistados que ainda têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos	Dos entrevistados que NÃO têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos
Contratação	Pretende ao abrir seu próprio negócio contratar 2 funcionários	24	Não opinaram

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

A GEM Brasil (2010) relata, na sua pesquisa, que o Brasil tende a gerar uma taxa menor de novos pontos de trabalho que a média encontrada nos países impulsionados pela eficiência, ou seja, apenas 26% objetivam gerar acima de 2 postos de trabalho. Diferente da pesquisa de campo realizada, grande parte tem a intenção de gerar novos postos de trabalho. Esse dado pode ser explicado, como visto anteriormente no segundo capítulo, por causa da herança assimilada pelo asceticismo protestante em estar submisso às autoridades e cumprir com seus deveres civis. Então existe um desejo real dos entrevistados em terem uma empresa regulamentada e correta com a legislação vigente, fugindo da informalidade.

Outro dado da pesquisa que se alinha paralelamente à pesquisa da GEM Brasil é a dificuldade de abrir o próprio negócio, dificuldade esta que é derivada tanto do indivíduo como do governo. A informalidade no Brasil, segundo a GEM (2010), está muito ligada aos pontos colocados na Tabela 14, tanto que, para a maioria dos entrevistados, a maior dificuldade está mais nas políticas do governo do que nas dificuldades individuais em abrir o empreendimento.

Tabela 14 - A atividade empreendedora da instituição protestante por dificuldade individual e do governo

	70 cidadãos entre 22 e 58 anos foram entrevistados	Dos entrevistados que ainda têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos	Dos entrevistados que NÃO têm intenção em abrir seu próprio negócio nos próximos 2 anos
Dificuldade	Quantos acreditam existirem muitas dificuldades* para abrir seu próprio negócio	13	20
Governo	Quantos acreditam que a política governamental dificulta a abertura de seu empreendimento	23	22

*Burocracia, dificuldade de acesso a informação, tempo de espera, problemas pessoais.

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

De acordo ao relatório da GEM Brasil (2010), as políticas governamentais limitam o acesso aos mecanismos criados pelo empreendedor quando não desenvolvem programas que auxiliam as empresas empreendedoras ou quando não instruem o empreendedor. A capacidade de assimilar os recursos disponíveis pelos programas de desenvolvimento do governo é uma qualidade que, segundo a GEM, não deve ser restrita a uma pequena parcela do mercado, mas a informação e a capacitação na formação de um mercado instruído deve ser algo objetivado pelo governo a todo cidadão.

Para avaliar o que foi demonstrado neste capítulo, podemos fazer as seguintes

considerações: o fato de a maioria dos entrevistados que têm a intenção de empreender possuírem renda menor que seis salários mínimos significa que a necessidade de empreender pode ter como objetivo alcançar uma meta de prosperidade que, visivelmente, as pessoas com menor escolaridade não conseguiriam normalmente através de suas aptidões vocacionais, mas buscando a sorte em um novo empreendimento. Por isso, no relato da GEM Brasil (2010), a proporção oportunidade/necessidade passa a ser tão relevante; ela revela que a classe com menor escolaridade empreende mais por necessidade do que oportunidade (Tabela 4), o que é similar ao encontrado na pesquisa de campo.

Diferente da posição de Weber sobre os protestantes serem mais imergidos nas aptidões vocacionais, para a época atual, é verificada, de acordo à pesquisa de campo, uma falta de investimento dos protestantes em nível de escolaridade, pois a instituição protestante possui uma parcela mínima com grau de escolaridade acima de onze anos que empreende por oportunidade. Ora, segundo os dados da GEM (Tabela 4), os empreendedores por oportunidade são a maioria. O dado da pesquisa de campo também não confere com o apresentado por Offenbacher (*apud* WEBER, 2007, p.146), relatado no segundo capítulo, que faz referência a um estudo estatístico, no qual os protestantes possuíam a maioria da capacidade de mão-de-obra especializada na sua época.

No que tange ao capital para abrir seu empreendimento, de acordo à pesquisa de campo, dos 35 que têm a intenção de empreender, apenas 11 têm o capital próprio; dentre os mesmos, somente 15 vão utilizar os recursos do Estado. Realizando uma interpretação das informações, pode-se dizer que não existe uma formulação de um projeto por parte dos entrevistados para iniciar a atividade empreendedora, o que pode gerar apenas uma intenção e uma impossibilidade de realizá-la. Isso sinaliza uma falta de conhecimento e capacitação do cidadão frente às oportunidades empreendedoras oferecidas pelo mercado econômico brasileiro.

A visão empreendedora de Schumpeter e Weber tem como fundamento o aumento da capacitação do indivíduo para poder alterar os processos de fluxo natural da economia, algo que não se verifica comum atualmente tanto para os protestantes entrevistados na pesquisa de campo, como para as outras diferentes classes da sociedade, conforme análise feita anteriormente (Tabela 9). Uma resposta plausível para a questão está nas afirmações dadas pelos entrevistados quando se referem às dificuldades para empreender e às políticas governamentais para o empreendedorismo. Para grande parte dos entrevistados, muito acima da maioria, a política adotada pelo país dificulta a iniciação da atividade empreendedora, o

que pode ser devido à alta taxa de juros, à dificuldade nas linhas de crédito, entre outros pontos já abordados no último item do capítulo anterior, que também se enquadram nas posições colocadas pela GEM Brasil (2010).

Poucos são, dentre os entrevistados, os que possuem escolaridade acima de onze anos e renda superior a seis salários mínimos; dentre eles, três acreditam que, ao iniciarem seu empreendimento, o produto a oferecerem possuirá características inovadoras e, dentre dos que já possuem empresas, apenas dois creem que o produto oferecido inova o mercado em algum sentido (Tabela 15).

Tabela 15 - A atividade inovadora.

	Dos que irão abrir e acreditam que o produto “será” inovador no mercado	Dos que já possuem empresa e acreditam que o produto “será” inovador no mercado
Inovação Quantos acreditam que o produto que oferecem é inovador	3	2

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

A comprovação desta pesquisa com a da GEM Brasil (2010) torna-se evidente na medida em que os aspectos apresentados são verificados. A educação e a capacitação são determinantes no fator inovação do mercado. Como a pesquisa de campo apresente cidadãos com escolaridade baixa, é uma consequência inevitável o baixo número dos envolvidos em atividades inovadoras. Os dados apresentados na pesquisa demonstram que a visão de Weber para incentivo ao Capitalismo proveniente da ética protestante serviu de análise e extrapolação dos dados muito mais para época em que ele realizou sua teoria do que para o período contemporâneo. Rothbard (2008) acredita que tanto o protestantismo como o catolicismo foram importantes para determinar o ideal filosófico de muitos autores econômicos, e que suas diferentes formas de idealizar a economia foram essenciais para criar um ambiente científico promissor para a época atual. A grande importância na obra de Weber, como se tem dito, continua sendo a abordagem das atribuições vocacionais e transformadoras que o “ser” pode realizar no meio em que está inserido, e isto é algo que a política na nação brasileira precisa qualificar e dar condições para o cidadão desenvolver sua capacidade inovadora.

CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E ASCETICISMO PROTESTANTE

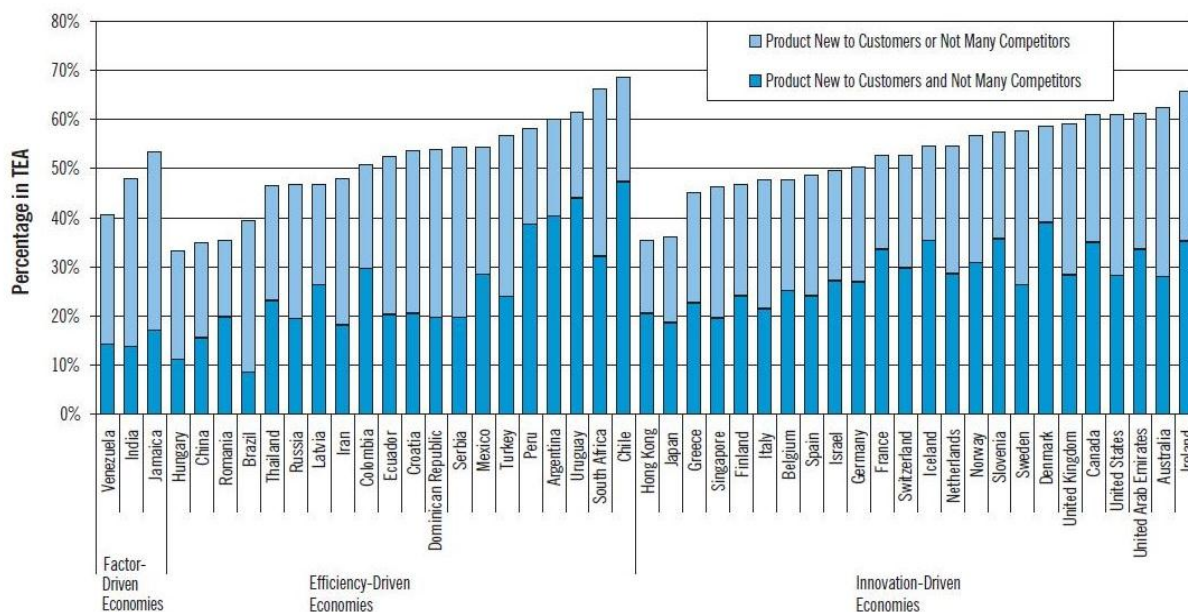
Procurar relacionar os acontecimentos passados no hemisfério ocidental advindos da Reforma Protestante dando origem à prática do asceticismo laico, de maneira alguma está no foco desta pesquisa; também não pretendemos definir ou delimitar uma resposta padrão ao problema da inovação. O que buscamos encontrar são as variáveis e os indicadores socioeconômicos que motivam o empreendedorismo. Para tanto, serão relatados, neste capítulo, os dados obtidos do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2010, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que trazem informações sobre o nível de empreendimentos e inovação de 58 países economicamente ativos no mercado internacional. Também levantaremos as informações sobre o nível de protestantes por país, o dispêndio nacional com ciência, tecnologia e artigos científicos publicados para meio acadêmico internacional e taxa de investimento informal.

O levantamento está baseado nas experiências e aptidões de milhares de empreendedores entre 18 e 65 anos. Os dados extraídos da GEM e integrados no presente trabalho serão os seguintes: porcentagem estimada do número de empreendedores que abriram seu negócio com produto novo (com ou sem concorrência), empresas que atuam na distribuição e venda de produto direto ao consumo; empresas manufatureiras, instituições financeiras, empresas que atuam no “Publish, Marketing and Business” (publicação, marketing e negócios); empresas atuantes diretamente no setor industrial e de inovação.

Observando os dados da pesquisa do GEM, pode-se afirmar que na categoria “economias movidas pela eficiência”, o Brasil se encontra na pior posição no que se refere a produto novo e com alguma concorrência. Isso indica que, de acordo com o que foi apresentado no capítulo três, o excesso de burocratização das instituições governamentais para o livre comércio está impedindo a concorrência positiva dentro do país. A má distribuição de renda e o baixo índice de escolaridade refletem em medidas políticas conservadoras mediando o mercado empreendedor do país. No que tange ao entendimento de Weber, para o empreendedor, no Capitalismo, as novas ideias e o modelo estrutural precisam ser orientados por intermédio de um fator delimitador, sendo este o pensamento transformador. É preciso existir uma metanóia, ou seja, mudar a forma de enxergar a realidade, conforme relata o próprio Weber (2007, p. 136) sobre a capacidade do homem de transformar o seu meio, movido pela necessidade de melhoria na qualidade de vida.

Como vimos nos primeiros capítulos desta monografia, o comportamento protestante avaliado por Weber foi um fator delimitador dentro da sociedade europeia; ao longo da sua análise, ficou demonstrado que a vocação foi ativada pelo conhecimento ensinado pela instituição eclesiástica, o que provavelmente gerou novos empreendimentos em sua região geográfica. Por outro lado, no entanto, temos conhecimento de que há países na América Latina que não foram alcançados no mesmo nível da Reforma Protestante europeia, mas que possuem altos índices de inovação em seus produtos destinados ao consumidor, como é o caso do Chile, Argentina e Peru (Figura 1).

Figura 1 - Percentual de atividade empresarial em estágio inicial com novos produtos ou novos mercados, 2004-2009.



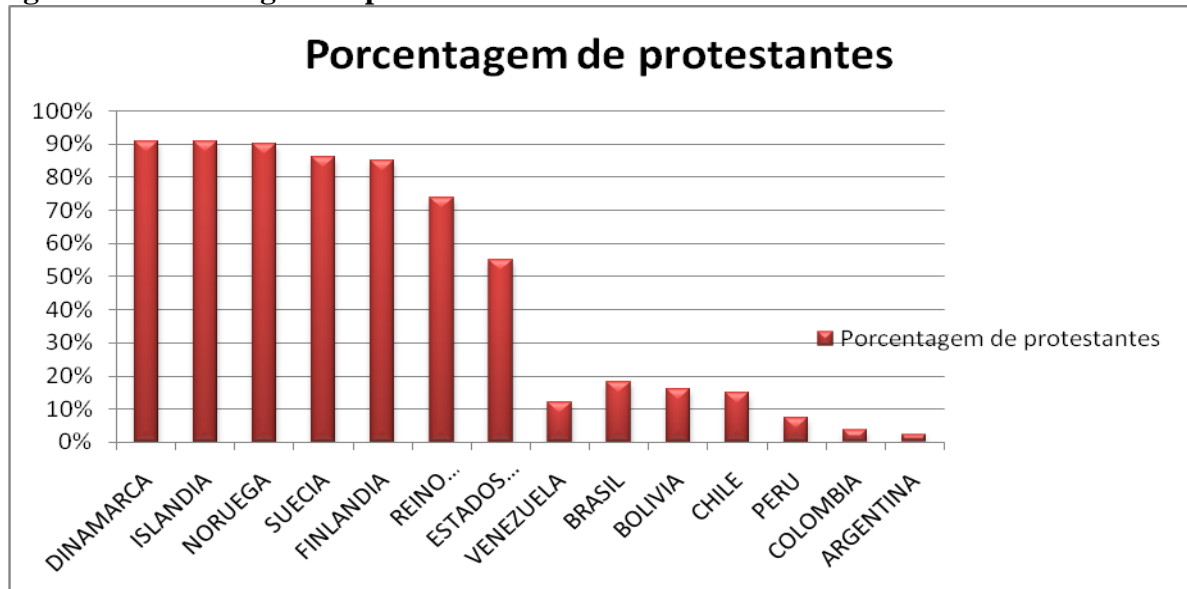
Fonte: GEM Global (2009)

Antes de adentrar mais na questão da inovação, é válido definir os países com maioria e com minoria de protestantes. Para não exceder a quantidade de informações, foram extraídos os sete países com maior porcentagem e os sete países – que se enquadram no nível do Brasil – com menor número de protestantes. Os países escolhidos com maiores taxas são: Dinamarca, Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia, Reino Unido e Estados Unidos da América. Os países com menor taxa são: Venezuela, Brasil, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Argentina.

Segue abaixo um gráfico com a porcentagem de protestantes por país. Para esta análise, considerou-se como protestantes as seguintes denominações: Anglicana, Baptistas,

Igreja Congregacional, Calvinista, Luterana, Metodista, Pentecostal, Presbiteriana, Igrejas Reformadas, Adventista, e outros protestantes.

Figura 2 - Porcentagem de protestantes.



Fonte: U.S. Department of State (2005-2008)

Ao observar a Figura 2, pode-se afirmar que praticamente não há países protestantes na América Latina. Em contrapartida, os países que se encontram com maior número de protestante são aqueles com os melhores índices econômicos e sociais. Cabe salientar que os cinco primeiros índices econômicos são excelentes: praticamente não existe analfabetismo, desemprego, a violência é quase nula, a distribuição de renda é mais equilibrada, entre outros (UNDP, 2010).

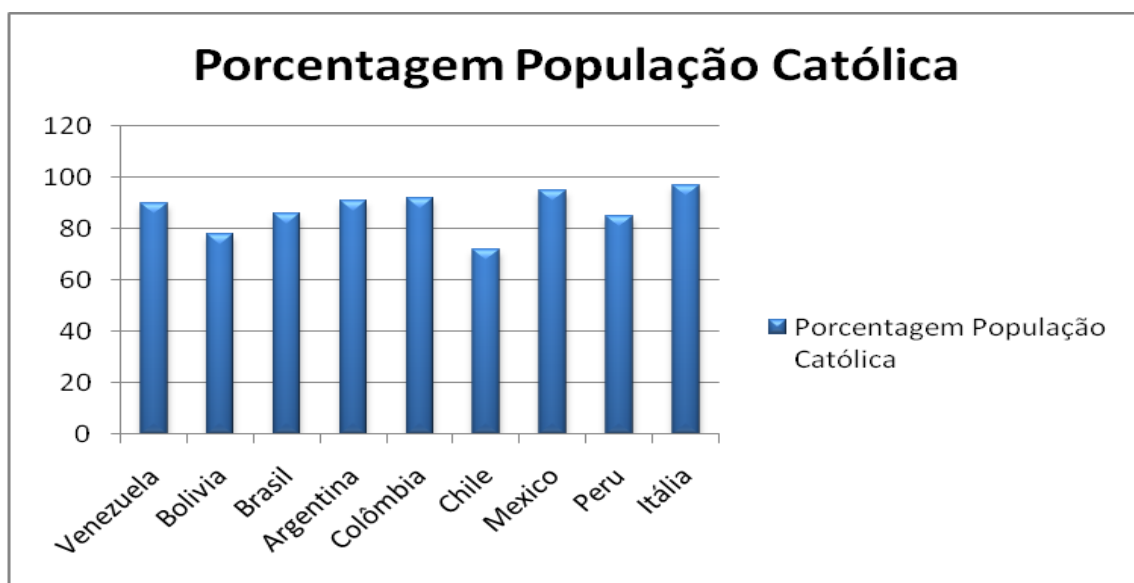
A interpretação da teoria de Weber com base nos dados relatados pode significar que o empreendedorismo em cada país atualmente é movido por gestões e políticas locais, não sendo mais uma mera questão de influência religiosa, já que, dentre alguns países da América Latina, como Colômbia e Chile, há altos índices de inovação e investimento em tecnologia (GEM GLOBAL, 2009). Sabendo que atualmente a globalização estreita os relacionamentos e que muitos países que não conheceram a revolução protestante são caracterizados como inovadores, como o Japão, é válido avaliar a estrutura do desenvolvimento histórico da Reforma Protestante como formadora de um novo ideal filosófico, necessário ao movimento econômico na região em que ela atuou. Sendo assim, para fins de compreensão da abordagem Weberiana, pode-se ainda dizer que a metanóia ocorrida na época da Reforma gerou mudanças dentro do contexto histórico e geográfico daquela época nos países altos da Europa

(Nórdicos).

É imprescindível a compreensão dos termos usados por Weber para fortalecer o entendimento desta pesquisa: “vocacional” e “asceticismo laico”. Ao se verificar o contexto abordado por Max Weber para a transformação econômica local, se valida a referência ao espírito do Capitalismo motivado por um estopim ou ideal inovador na economia. No que diz respeito ao pensamento Weberiano, essa motivação se dá por meio dos desejos próprios, da motivação pessoal por uma qualidade de vida melhor, provenientes de uma educação diferenciada e de uma disciplina aplicada ao cidadão face ao contexto cultural e social do país.

Na Figura 3, é apresentada a porcentagem de católicos para alguns países da América Latina. Essa figura, juntamente com a Figura 2 e Figura 4, trará uma abordagem, com base no que já foi apresentado, sobre o quanto as instituições e as reformas no ideal econômico e social podem beneficiar o mercado.

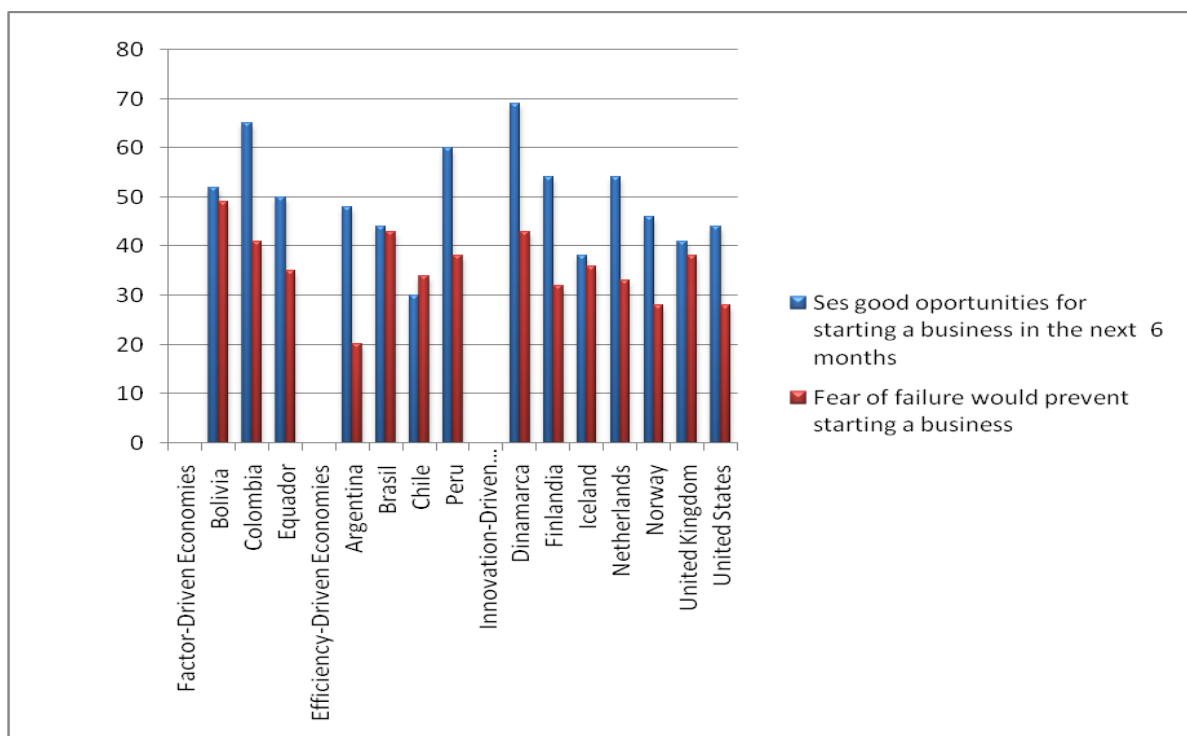
Figura 3 - Porcentagem da população católica



Fonte: U.S. Department of State (2005-2008)

A Figura 4 apresenta a taxa de empreendedorismo em três classes diferentes: o empreendedor como “*Factor-Driven*” (movido por fatores); o empreendedor como “*Efficiency-Driven*” (movido pela eficiência) e o empreendedor como “*Innovation-Driven*” (movido pela inovação). Além da taxa empreendedora, também estará ao lado de cada coluna a taxa de falência e fechamento do mesmo empreendimento.

Figura 4 - Taxa de empreendedorismo.



Fonte: GEM (2008)

Como foi escolhido apresentar a avaliação dos países com taxa de protestantes maior e países pertencentes ao bloco próximo ao Brasil (América Latina) com taxa menor, a Figura 4 se conterà a informar apenas dados dos países pertencentes ao levantamento da Figura 2. É observado, na Figura 4, que os países que pertencem à classe de “*Factor-Driven*” e “*Efficiency-Driven*” são, na maioria, países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, enquanto os que pertencem à classe da “*Innovation-Driven*” são os mais desenvolvidos. Com base nas informações apresentadas, seguir-se-á a apresentação das relações dos países – em suas respectivas posições no relatório da GEM – com o seu histórico de desenvolvimento cultural intenso ao longo da história.

O “*Efficiency-Driven*” se refere aos setores mais industrializados da economia e também aos setores de alta produtividade em economias de escala. Países emergentes com instituições financeiras com alta taxa de liquidez são os que mais se enquadram na pesquisa apresentada; com isso, o próprio país passa a ser o seu maior investidor; novas empresas e indústrias surgem porque o fator oportunidade é mais intenso nesses mercados. Os países da America Latina pertencentes a esta classificação são: Brasil, Chile, Argentina e Peru.

Pelas informações da GEM, o Brasil está passando de emergente para a qualificação de desenvolvido. Mas é válido salientar que a taxa de abertura de novos empreendimentos para o Brasil é praticamente igual ao número de falências e concordatas, o que expressa a

necessidade de estratégia comercial para as empresas. Muitos empreendimentos surgem, mas, devido à falta de planejamento a longo prazo, as empresas com pouca instrução ou capacitação acabam fechando.

Analisando os pontos colocados na pesquisa de campo no capítulo quatro e as informações das figuras 2, 3 e 4, é sustentável dizer que o posicionamento religioso dos países expostos não determina sua intensidade na atividade empreendedora. Todos possuem um nível de empreendedorismo relativo à sua condição econômica, sendo que esta tem íntima relação com o desenvolvimento das instituições educacionais e governamentais. A instituição protestante abordada por Max Weber tem o privilégio de instigar o desejo individual no progressivo desenvolvimento do Capitalismo, como também sua abordagem leva o mérito de demonstrar como o comportamento do cidadão dentro dessas instituições pode ser orientado e disciplinado a enfrentar um mercado de alta concorrência capitalista. De modo algum, segundo as informações coletadas, pode-se afirmar que o processo de acumulação capitalista foi oriundo de um movimento religioso; mas as contribuições do protestantismo para uma modelagem e um questionamento do comportamento empreendedor são válidas para uma reorganização do asceticismo laico.

Segundo a GEM, é muito difícil definir “o porquê” de haver países mais inovadores que outros, mas é certo que o nível cultural e educacional que se encontra no país tem refletido nas aptidões e vocações de muitos empreendedores. Se uma economia dispõe de melhores universidades e maior acessibilidade ao cidadão, mais empreendedores por vocação surgirão impactando na economia com a criação destrutiva, acabando com os negócios antigos e substituindo-os por novos (SCHUMPETER, 2007, p. 144).

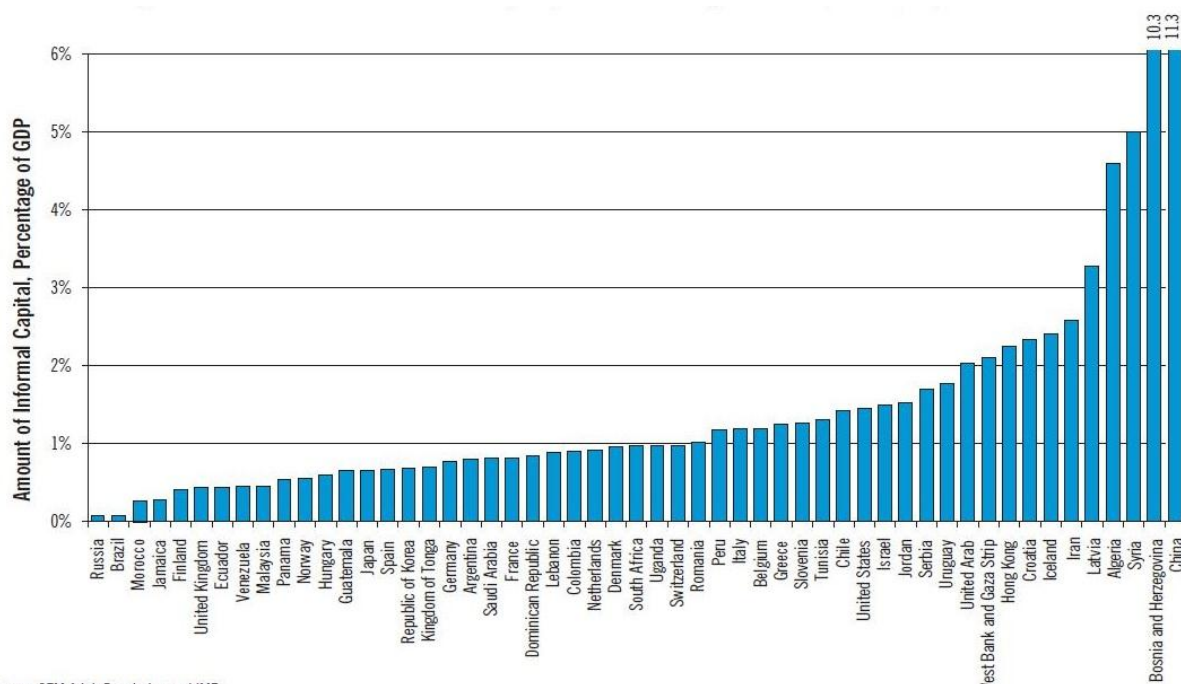
É certo que os países desenvolvidos possuem uma característica que assim os define; tal característica é o senso de compromisso maior com a relação entre aptidão ou vocação com o fator inovação. Um novo produto só surge se uma nova ideia surge; essa ideia pode ser consequência da busca por melhorias no produto ou produção, como também pode ser fruto da pesquisa científica. Países que buscam se aprimorar tecnologicamente investem mais em pesquisa; então novos iniciantes em pesquisa aderem às oportunidades dadas pelas suas instituições e desenvolvem suas aptidões e vocação, impactando o mercado através da inovação.

Investimento informal é um aplicativo dentro do fator empreendedorismo de grande valor para o surgimento de novos negócios, como foi relatado no capítulo três. O Brasil possui índices baixos nos fatores educação, distribuição de renda e inovação de produtos, mas

também, segundo a GEM Global 2009 (Figura 5), possui um dos menores índices de investimentos informais do mundo; esses investimentos informais são aqueles provenientes do capital privado interno e externo do país, ficando apenas na frente da República Socialista Soviética. Países da América Latina que se equivalem à categoria de economias movidas por eficiência têm obtido melhores resultados que seu parceiro Brasil. Ao comparar dados fornecidos nesta pesquisa, vemos que Peru, Argentina, Chile, Colômbia e outros estão à frente em vários aspectos, inclusive no que se refere a inovação, ainda que todos estejam na mesma categoria de “*efficient-driven*”.

Figura 5 - Quantidade de Capital Informal, em porcentagem do PIB per Capita.

Fonte: GEM GLOBAL (2009)



Source: GEM Adult Population and IMF

De acordo com todos os dados apresentados, o Brasil possui dificuldades com suas políticas macroeconômicas; o investimento realizado pelo governo em vários setores da economia ainda é insatisfatório para a capacidade inovadora dos empreendedores brasileiros. O que se analisa é que a visão de Weber para o espírito do Capitalismo está nas medidas microeconômicas, onde o conhecimento e a capacitação do cidadão está diretamente ligada à sua vocação e à disciplina de mercado. O Brasil ainda busca se mobilizar nesse direcionamento. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem buscado investir em alguns setores da economia incentivando a inovação (MCT, 2010), ainda que esses programas sejam considerados por muitos de difícil acesso, como relataram os entrevistados na pesquisa de

campo.

O país tem buscado melhorias em suas políticas públicas, mas ainda está muito aquém do que poderia. As políticas públicas são insuficientes, já que a capacidade econômica do Brasil está acima de muitos vizinhos latinos. Mesmo assim, essa superioridade não reflete em alguns pontos, como o fator inovação, pois de acordo com os dados do capítulo três, países como Chile e Colômbia têm se qualificado melhor no que tange à inovação empreendedora, devido ao incentivo na formação acadêmica e aos incentivos no investimento. Observe-se que a grande questão, como já expôs Weber, está no comportamento das instituições que fomentam as políticas econômicas.

As instituições exercem um importante papel no desenvolvimento das inovações. Caso elas facilitem a irregularidade empresarial e a ilegalidade comercial, o surgimento de novos empreendimentos pode atingir níveis altos devido ao ajuste de mercado para o aproveitamento das oportunidades. Entretanto, o processo de criação destrutiva definido por Schumpeter acaba por ser inibido pelo mercado; a inovação depende de orientação e os objetivos dentro do próprio mercado, sendo estruturados de maneira regulativa, normativa e cognitiva, tenderão a se adequar e buscar processos inovadores para permanecerem na competição.

Então, pode-se dizer que os países da América Latina estão classificados como os que mais empreendem no mundo, devido à questão da necessidade e oportunidade de negócios. Por outro lado, os países desenvolvidos são os mais inovadores do mercado internacional, o que pode ser explicado pela especialização do trabalho, derivada de um investimento na pesquisa científica que dá oportunidade às aptidões e vocação do empreendedor. Estas características são então encontradas, segundo Weber, na busca da vocação e na disciplina produtiva, fato este verificado no período de desenvolvimento do Capitalismo entre os séculos XVI e XIX.

A ética e a especialização do trabalho são determinadas, na maioria dos casos, pela habilidade humana e pela disposição comportamental do homem em adotar uma disciplina produtiva. Ou seja, empreendedorismo e asceticismo protestante só se encontram quando capacitação e plano inovador estão em questão. A Reforma Protestante e sua ética ascética deixou de ser, para a época atual, um objeto de análise para identificar os pontos que causam melhoria no mercado econômico; mas a questão está no comportamento individual ante as instituições que regularizam os veículos a se empreender.

CONCLUSÃO

Visualizar as motivações pessoais de grupos de pessoas inseridas no sistema capitalista como instrumento de novas mudanças é útil para determinar políticas econômicas mais eficientes, abordando não somente as questões macro e microeconômicas, mas também projetos que alterem estruturas de ética e moral das sociedades viciadas em comportamentos que denigrem o bem das relações humanas. O que soma para a economia na pesquisa de Weber é que ele encontra, dentro do sistema capitalista, grupos significativos de protestantes que, ao optarem por imergir no mercado de trabalho, adotam o princípio ascético de conduta, prática que mudou o cotidiano de milhares de trabalhadores, como também o significado de ética capitalista.

Entretanto, o sistema capitalista foi se desenvolvendo ao longo da história em conjunto com diversos eventos. Dizer que ele é consequência de eventos individuais ou de mudanças éticas minimiza as suas transformações e implicações econômicas. O que Weber conseguiu foi trazer um novo entendimento para o processo de divisão especializada do trabalho, consequência da inserção do pensamento vocacional luterano.

O modelo apresentado por Weber demonstra que o objetivo da sua pesquisa, de modo algum, era relatar o asceticismo como utilitarista; sua pretensão era de avaliar as contribuições do asceticismo protestante no desenvolvimento capitalista. De acordo ao observado na perspectiva de Weber, o asceticismo representou uma influência positiva para o investimento privado, porque, a partir dele, as pessoas passaram a poupar mais; os protestantes acabaram gerando para os bancos um real potencial de investimento, ajudando no desenvolvimento do capital.

Weber identificou que alterações no fluxo natural do processo econômico em que estava situado (século XIX) foi resultado de uma ação metanoica (mudança de ideais), proveniente da Reforma Protestante, que resultou em uma nova ótica das atribuições empreendedoras dos participantes desse movimento, alterando assim os ambientes em que estavam inseridos. Ainda que, para Weber, o protestantismo possa ter gerado aquilo no meio geográfico em que atuou, é sabido que outros eventos com princípios de alteração de pensamentos e ideais também produzem resultados transformadores no meio socioeconômico, mesmo que, a depender dos objetivos, uns sejam, em essência, diferentes dos outros. No caso do protestantismo, os objetivos de demonstrarem sua fé foram alcançados, gerando poupança, acúmulo de renda e o trabalho vocacional, que repercutiu positivamente para o ambiente

capitalista já em andamento.

A Reforma Protestante, como relatado nesta monografia, não é o fator determinante atualmente para alguém ser mais ou menos empreendedor, conforme resultados do estudo de caso realizado em Vitória da Conquista. O que importa hodiernamente é o desenvolvimento de políticas institucionais bem elaboradas e disciplinadas para o bom desenvolvimento de uma empresa empreendedora e inovadora.

Segundo as apresentações feitas sobre as instituições, Veblen (1983) exprime a apropriada relação entre comportamento de classes e capacidades empreendedoras de determinada região; ela depende do que a cultura de um país absorve ao longo de sua história e isto ensina muito sobre o método de abordagem das instituições no mercado. Thorstein Veblen chama de cultura superior todo comportamento que transmite às instituições melhorias para sua superação e que acabam sendo necessárias. As instituições no mercado econômico são, então, o resultado de uma série de eventos históricos provenientes de várias alterações de pensamentos e ideais aonde se ajuntam e se reagrupam teorias para o desenvolvimento natural do ciclo econômico.

O empreendedor é aquele que busca estar na liderança, devido ao fato de ter uma visão mais ampla e aguçada para o mercado. Ele tem um desejo nato de conquistar e querer comprovar suas capacidades. Então, é interessante observar que Weber, ao abordar a ascese protestante, estabeleceu uma coexistência entre a metodologia de trabalho protestante e o empreendedor na concepção de Schumpeter; essa relação está na capacidade de fazer as coisas funcionarem de modo diferente no cotidiano, adquirindo maior espaço geográfico no mercado econômico. O entendimento da relação entre ascese protestante e o empreendedorismo inovador está intimamente ligado com o método que as lideranças ou instituições utilizam para aplicar seus conhecimentos no mercado. Para a presente argumentação, as mais recentes instituições representam, para o mercado, agentes incentivadores de novos empreendimentos, assim como foi também, segundo a ótica de Weber, a Reforma Protestante de Martinho Lutero para o início do asceticismo laico calvinista no desenvolvimento histórico do Capitalismo.

Ao ser feita uma análise da obra de Weber, o qual sustenta uma concepção institucional passível de ser relacionada com o empreendedorismo schumpeteriano, avaliando os dados encontrados, chega-se a uma interpretação que está pautada nas informações apresentadas nos capítulos que compõem esta monografia. Sendo assim, após o levantamento dos dados sobre a situação empreendedora do Brasil face a países desenvolvidos e países da

América Latina, como também a pesquisa de campo comprovando a argumentação encontrada nos dados da GEM Brasil (2010), chegamos à conclusão de que o problema do empreendedorismo está ligado à política interna do Brasil em se portar precariamente no setor da educação e nos incentivos aos investimentos privados diante do eminente crescimento das oportunidades, refletindo uma falta de preparo em sua estruturação para acompanhar o desenvolvimento do mercado globalizado.

A hipótese de que o Brasil não passou por uma Reforma Protestante e de que esta seria a causa da estagnação empreendedora inovadora é refutada, já que existem países na América Latina que, como o Brasil, não passaram por uma Reforma Protestante e apresentam altos índices de inovação no mercado.

Também de acordo à pesquisa de campo, o ideal protestante apresentado por Weber não é o mesmo atualmente, isto devido a uma série de eventos no processo histórico da humanidade, que não dependem de apenas um evento isolado, mas de uma série de eventos globalizados (VEBLEN, 1983). Isso nos leva a confirmar a segunda hipótese, de que a mudança no aparato empreendedor depende mais das instituições governamentais, como visto no capítulo cinco, no qual os dados revelam como a falta de capacitação e de conhecimento influenciam negativamente o investimento privado e os empreendimentos inovadores.

Weber (2007, p. 39) declara que a até aquela época, isso em 1905, para ele, o protestantismo tinha influenciado muito a forma das pessoas empreenderem; entretanto o resultado obtido nesta monografia expressa uma característica diferente e marcante do estudo sociológico econômico. As estruturas culturais e sociais de uma dada região podem determinar um “momentum” sobre a forma de se estabelecer um novo empreendimento econômico nesta respectiva região, mas seus fatores de investimentos, capital disponível para gerar novas oportunidades de negócio subsequentes depende, dentre muitas questões, de estrutura política, governamental e econômica bem elaborada e preparada para abraçar os empreendedores novos com eventos inovadores dentro de um sistema, e isto proveniente de uma boa elaboração de projetos nas instituições públicas e privadas. Pois, de acordo aos dados coletados e apresentados, a atual conjuntura econômica em que se vive atualmente de modo algum está limitada a questões de filosofia religiosa, mas de um idealismo altruísta participativo para a sociedade.

REFERÊNCIAS

A REFORMA PROTESTANTE - O PRINCÍPIO DA REFORMA (1324-1459). Disponível em: <http://protestantismo.ieadcg.com.br/reforma/principio_reforma.htm>. Acesso em: 30 nov. 2009.

CALVINO, João. **As institutas**: tratado da religião cristã. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

CARVALHO, R. de Q. "A combinação de *marketing* e P&D é importante para o processo de inovação. Inovação é invenção que chega ao mercado". Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/report/entre-ruyquadros.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

CONCEIÇÃO, O. A. C. da. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE, 2002. n. 1. (Teses FEE).

DE MATOS, Alderi Souza. **A Reforma Protestante do século XVI**. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/estudosbiblicosolascriptura/Home/12--a-reforma-protestante>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Institutions and organizations in system of innovation. In: EDQUIST, C.: **System of innovation**: technologies, institutions and organizations. 2. ed. Abingdon, Oxfordshire, United Kingdom - UK; London: Printer, 2005. cap 2. p. 41-63.

FELIPE, Ednilson Silva. **As instituições e os neo-schumpeterianos**: a noção de aprendizado a partir do pilar cognitivo das Instituições. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/historia_igreja.html>. Acesso em: 03 jul. 2009.

FERREIRA, Franklin. **Uma introdução a Max Weber e a “Ética protestante e o espírito do Capitalismo”**. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/resenhas/weber_Capitalismo.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2010.

FRANZÉ, Javier. Verdad y política: la crítica de Eric Voegelin a Max Weber sobre la Relación entre ciencia y valores. **Revista Internacional de Filosofía**, n. 3, 2006. ISSN 1699-7549.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

KLUGMAN, Jeni. **Human Development Report 2010**. Published for the United Nations Development Programme (UNDP).2010. Disponível em: <<http://www.beta.undp.org/undp/en/home/librarypage/hdr/humandevdevelopmentreport2010.html>>. Acesso em: 23 set. 2011.

KNIGHT, A; ANGLIN, W. **História do cristianismo**. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2005.

KUPFER, D. **Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial**.

Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/1996-1_kupfer.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2009.

LUTERO, Martinho. **As 95 teses de Lutero**. Disponível em: <http://www.cemuca.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9>. Acesso em: 17 nov. 2009.

MAGALHÃES, Álvaro. **Dicionário enciclopédico brasileiro ilustrado**. 10. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: Globo, 1965.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: **General Eletric investe mais de US\$ 500 milhões no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/326987.html>>. Acesso em: 23 set. 2011

NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Harvard University Press, 1982.

NIELS, B.; ZOLTAN, J. A.; ERKKO, A.; ALICIA, C.; JONATHAN, L. **Global Entrepreneurship Monitor 2008**. Santiago, Chile: Universidad Del Desarrollo, 2009. (Executive Report 2008).

_____. **Empreendedorismo no Brasil 2010**. Curitiba, PR. 2009.

_____. **Global entrepreneurship monitor 2009**. Santiago, Chile: Universidad Del Desarrollo, 2009.

O QUE FOI A REFORMA PROTESTANTE? Disponível em: <<http://www.gotquestions.org/portugues/Reforma-Protestante.html>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e economia**. São Paulo: Ática, 1995.

OS FATORES QUE DESENCADARAM A REFORMA. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/religiao_protestantismo.htm>. Acesso em: 30 nov. 2009.

PAULA, A. S. de. **A Inserção do neo-empresendedor nos mercados mundiais como consolidação da marca “Brasil”**; 24/03/2006. Disponível em: <http://www.ogerente.com.br/empreendedorismo/artigos/empreendedorismo-neo_empresendedor.htm>. Acesso em: 10 set. 2009.

PONDÉ, J. L. **Processo de seleção, custos de transação e a evolução das instituições empresarias**. 2000. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas. CM – 00142344-2.

_____. Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana. **Economia**. Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 119-160, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p119_160.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

PORTELA, Solano. **A Reforma Protestante**. Acesso em: 18 jul. 2011.

RAY, M.; MYERS, M. **Criatividade nos negócios**: baseado no curso da Universidade de Stanford. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1986.

REILY, Duncan Alexander. **O fundador do Metodismo**. Imprensa Metodista. Disponível em:

<www.metodista.org.br/origem>. Acesso em: 18 jul. 2011.

ROTHBARD, Murray N. **Catolicismo, protestantismo e Capitalismo**. 2008. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=107>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. **O papel crucial da religião no desenvolvimento da ciência econômica**. 2008. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1026>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

SALOMON, Jean-Jacques; SAGASTI, Francisco; SACHS-JEANTET, Celine. Dossiê tecnologia, trabalho e desenvolvimento. **Da tradição à modernidade**, São Paulo, v.7, n.17, jan./apr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100002>. Acesso em: 10 jul. 2011

SANTOS, Tiago Freire dos. Direito, Religião e conduta humana. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3342>. Acesso em: 21 fev. 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, J. A. S. **O ciclo econômico e o processo de destruição criadora**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/tesis/jass/22.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13 n. 38. oct. 1998. Print ISSN 0102-6909.

SWEDBERG, Richard. **Principles of economic sociology**. Disponível em: <<http://press.princeton.edu/chapters/s7525.html>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

TAVARES, Paulino Varela. **Economia neoschumpeteriana: expoentes evolucionários e desafios endógenos da indústria brasileira**. 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/48304518/Economia-Neoschumpeteriana-pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

TAVARES, P. V.; KRETZER, J.; MEDEIROS; N. **Economia neoschumpeteriana: expoentes evolucionários e desafios endógenos da indústria brasileira**. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/revista/sumario/artigos/6_Paulino_et_al.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2009.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **2008 Report on international religious freedom**. Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/2008/index.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

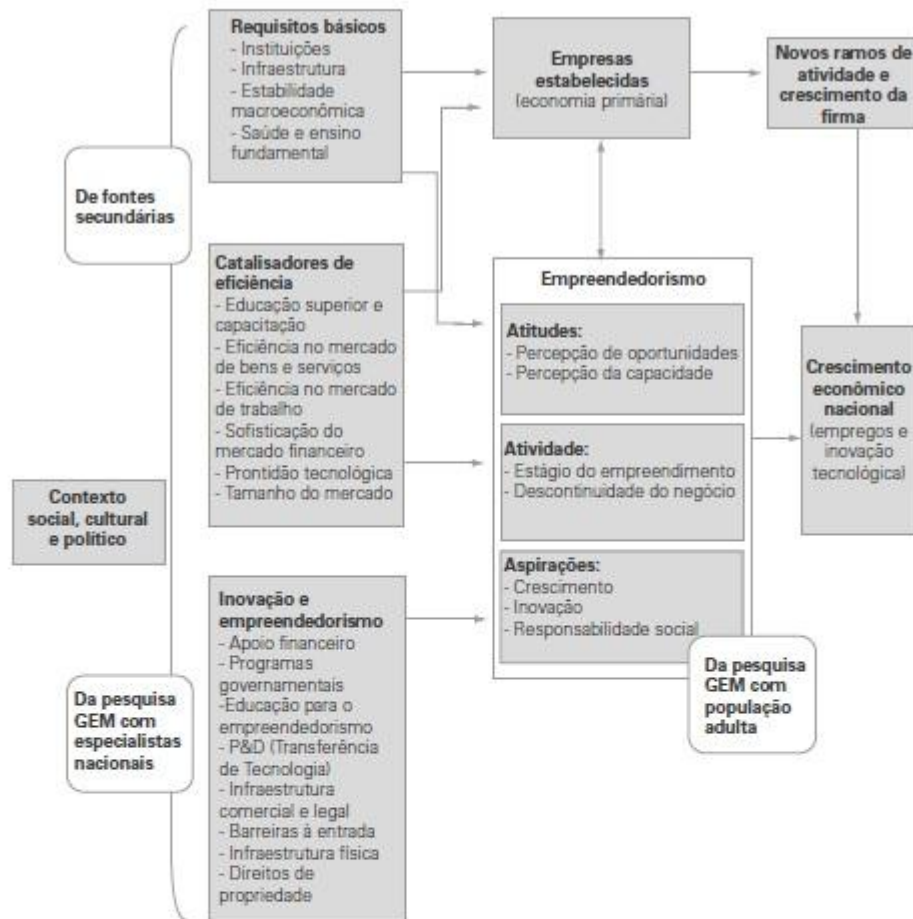
VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Metodologia do GEM BRASIL 2010.

FIGURA 1.1 – O MODELO GEM



Fonte: Reynolds et al. (2005), citado e adaptado por Bosma e Levie (2010).

1.2 Como o GEM mede o empreendedorismo

De maneira diversa da maioria das pesquisas e bancos de informações que tratam da temática do empreendedorismo verificando diretamente a criação de pequenas empresas, o GEM estuda o comportamento dos indivíduos no que diz respeito à criação e gestão de um negócio (ver Bosma *et al.*, 2009, p. 12). Outro princípio orientador da pesquisa GEM é que o empreendedorismo é um processo. Portanto, o GEM observa as ações dos empreendedores que estão em diferentes fases do processo de criação e desenvolvimento de um negócio. O pagamento de qualquer remuneração por mais de três meses a alguém, incluindo os proprietários, é considerado o evento de “nascimento” concreto

de um empreendimento, segundo a metodologia GEM. Os indivíduos que estão ativamente comprometendo recursos (tempo e/ou dinheiro) para iniciar um negócio de que sejam proprietários, mas que não chegou a esse evento de “nascimento”, são rotulados como *empreendedores nascentes*. Os indivíduos que são proprietários e gerenciam um novo negócio que remunerou alguém mais de três e menos de 42 meses são conhecidos como *empreendedores novos*. O ponto de corte de 42 meses foi feito a partir de fundamentos teóricos e operacionais, tomando por base que uma grande parcela dos novos empreendimentos não sobrevive além de três ou quatro anos.

A composição das taxas de empreendedores nascentes e novos leva ao indicador mais importante na pesquisa GEM, que é a taxa de *empreendedores em estágio inicial*, conhecida também por TEA. Ela representa a dinâmica da criação de novos negócios pela população de um país.

Um empreendedor é considerado *estabelecido* quando o empreendimento por ele criado está em operação há mais de 42 meses. Altas taxas de empreendedores estabelecidos podem indicar condições positivas para a sobrevivência da empresa. Finalmente, o GEM identifica os indivíduos que interromperam (descontinuaram) um negócio nos últimos 12 meses. Esses indivíduos podem entrar no processo empreendedor novamente.

A figura 1.2 sintetiza o processo empreendedor e as definições operacionais do GEM.

FIGURA 1.2 – O PROCESSO EMPREENDEDOR E DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DO GEM



Fonte: Reynolds *et al.* (2005), citado e adaptado por Bosma e Levie (2010).

O quadro 1.3 contém definições específicas dos indicadores de atitudes, atividades e aspirações empreendedoras utilizados no presente relatório.

QUADRO 1.3 – GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS E PRINCIPAIS MEDIDAS DO GEM

Medida	Descrição
Atitudes e Percepções Empreendedoras	
Percepção de oportunidades	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que identifica boas oportunidades de iniciar um negócio na localidade em que vive.
Percepção de capacidades	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que acredita ter as habilidades e conhecimentos necessários para iniciar um negócio.
Taxa de medo do fracasso	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que percebe boas oportunidades de negócio e afirma que o medo de fracassar impediria de montar um negócio.
Intenção de empreender	Porcentagem da população (18 – 64 anos; indivíduos não envolvidos com a atividade empreendedora) que pretende iniciar um negócio dentro de três anos.
Empreendedorismo como escolha de carreira aceitável	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que concorda que em seu país a maioria das pessoas considera ser empreendedor uma alternativa desejável de carreira.
Status/valorização social do empreendedorismo	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que concorda que em seu país, empreendedores de sucesso possuem elevado status perante a sociedade.
Atenção da mídia para o empreendedorismo	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que concorda que em seu país são vistas na mídia em geral histórias sobre o sucesso de novos negócios e empreendedores.
Atividade empreendedora	
Taxa de empreendedores nascentes	Porcentagem da população (18 – 64 anos) ativamente envolvida na estruturação de um negócio do qual será proprietária. Esse negócio ainda não pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de pagamento para os proprietários por mais de três meses.
Taxa de empreendedores novos	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que administra um novo negócio do qual é proprietária, negócio este que pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de pagamento para os proprietários por mais de três e menos de 42 meses.
Taxa de empreendedores em estágio inicial (TEA)	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que é empreendedor nascente ou novo (cf. definição acima).
Taxa de empreendedores estabelecidos	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que administra e é proprietária de um negócio estabelecido, que pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de pagamento para os proprietários por mais de 42 meses.
Taxa de descontinuidade de negócios	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que nos últimos 12 meses encerrou sua participação em um negócio, vendeu, desistiu ou teve qualquer outra forma de descontinuidade de um empreendimento de que era administradora e proprietária. Obs.: esta não é uma medida de falha nos negócios.
Empreendedorismo por necessidade	Taxa - Porcentagem da população (18 – 64 anos) envolvida com empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho. Proporção - Porcentagem de empreendedores em estágio inicial envolvidos com empreendedorismo por não terem outra opção de trabalho.
Empreendedorismo por oportunidade	Taxa - Porcentagem da população (18 – 64 anos) envolvida com empreendedorismo não por não ter outra opção de trabalho e sim por ter identificado uma oportunidade de negócio que desejou perseguir. Proporção - Porcentagem de empreendedores em estágio inicial envolvidos com empreendedorismo por oportunidade (conforme descrito acima).

QUADRO 1.3 – GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS E PRINCIPAIS MEDIDAS DO GEM

Medida	Descrição
Aspirações empreendedoras	
Empreendedorismo em estágio inicial de alto crescimento (HEA)	Porcentagem da população (18 – 64 anos) que é empreendedora em estágio inicial e espera gerar pelo menos 20 postos de trabalho no prazo de cinco anos.
Empreendedorismo em estágio inicial orientado a novos produtos e mercados	Porcentagem de empreendedores em estágio inicial que indicam que seus produtos e serviços serão considerados novos para pelo menos alguns de seus clientes e afirmam não haver muitos concorrentes oferecendo o mesmo produto ou serviço na sua localidade de atuação.
Empreendedorismo com inserção internacional	Porcentagem de empreendedores em estágio inicial em que mais de 25% de seus clientes são provenientes de outros países.

ANEXO B - Entrepreneurial attitudes and perceptions in the 43 gem countries in 2008, by phase of economic development

Entrepreneurial Attitudes, Activity and Aspirations

Table 1 — Entrepreneurial Attitudes and Perceptions in the 43 GEM Countries in 2008, by Phase of Economic Development

	SEES GOOD OPPORTUNITIES FOR STARTING A BUSINESS IN THE NEXT 6 MONTHS ^A	FEAR OF FAILURE WOULD PREVENT STARTING A BUSINESS ^B	PERSONALLY KNOWS SOMEONE WHO STARTED A BUSINESS IN THE PAST 2 YEARS ^A	HAS THE REQUIRED KNOWLEDGE AND SKILLS TO START A BUSINESS ^B	EXPECTS TO START A BUSINESS IN THE NEXT THREE YEARS ^C	COUNTRY ATTITUDES PERCEIVED BY INDIVIDUALS	
						ENTREPRENEURSHIP CONSIDERED AS DESIRABLE CAREER CHOICE ^D	MEDIA ATTENTION FOR ENTREPRENEURSHIP ^D
Factor-Driven Economies							
	% AGREEING WITH STATEMENT						
Angola	74	45	71	44	27	49	46
Bolivia	52	49	38	67	38	81	60
Bosnia and Herzegovina	50	26	39	62	25	82	60
Colombia	65	41	34	54	60	92	78
Ecuador	50	35	33	66	37	79	57
Egypt	40	25	40	53	35	73	57
India	58	46	56	45	33	67	81
Iran	35	22	45	58	36	57	53
Efficiency-Driven Economies							
Argentina	48	40	30	53	15	69	80
Brazil	44	43	44	49	26	68	78
Chile	30	34	41	54	29	80	44
Croatia	53	36	51	56	10	70	61
Dominican Republic	58	31	54	70	30	92	64
Hungary	26	47	26	43	6	48	19
Jamaica	52	26	46	65	17	81	71
Latvia	37	37	33	23	7	75	71
Macedonia	47	35	46	52	39	80	66
Mexico	59	31	50	55	26	66	52
Peru	60	38	50	66	34	82	71
Romania	45	52	36	21	9	56	56
Russia	39	66	33	14	3	60	50
Serbia	56	28	52	60	31	72	67
South Africa	60	38	41	31	13	65	69
Turkey	47	39	27	44	21	72	63
Uruguay	57	33	40	58	17	71	67
Innovation-Driven Economies							
Belgium	23	30	28	34	6	47	38
Denmark	69	43	43	30	5	57	32
Finland	54	32	46	30	5	46	71
France	34	53	33	25	13	63	48
Germany	35	49	29	30	4	56	50
Greece	35	55	35	46	13	76	55
Iceland	38	36	60	45	12	61	81
Ireland	35	37	33	42	6	55	65
Israel	39	43	35	35	14	58	57
Italy	35	48	30	35	7	68	40
Japan	13	44	21	9	4	26	59
Republic of Korea	20	32	32	23	17	69	67
Netherlands	54	33	32	30	4	85	61
Norway	46	28	34	33	7	61	71
Slovenia	55	33	50	44	7	58	67
Spain	32	52	36	43	5	68	43
United Kingdom	41	38	23	45	5	52	54
United States	44	28	33	48	7	63	73

A) Denominator: non-entrepreneurially active adult population 18-64 years

B) Denominator: non-entrepreneurially active adult population 18-64 years that sees good opportunities to start a business

C) Denominator: adult Population 18-64 years

Source: GEM Adult Population Survey (APS)

ANEXO C – Modelo de questionário da pesquisa de campo.

EMPREENDEDORISMO EM FOCO

1	GENERO:	→	MASCULINO <input type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
2	MEMBRO A QUANTO TEMPO:	→	<input type="text"/>	
3	ESCOLARIDADE (1º GRAU COMPLETO, 2º GRAU COMPLETO OU SUPERIOR COMPLETO):	→	<input type="text"/>	
4	PROFISSÃO:	→	<input type="text"/>	
5	IDADE:	→	<input type="text"/>	
6	INTENÇÃO EM ABRIR SEU PROPRIO NEGOCIO NOS PROXIMOS 2 ANOS :	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
7	POSSUI A PROPRIA RENDA PARA ABRIR SEU NEGOCIO ?	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
8	IRÁ BUSCAR EMPREESTIMO PARA ABRIR SEU PROPRIO NEGOCIO?	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
9	PRETENDE CONTRATAR ACIMA DE 2 FUNCIONARIOS ?	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
10	VOCÊ ACREDITA SER MUITO DIFICIL ABRIR SEU PROPRIO NEGOCIO ?	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
11	VOCÊ ACHA QUE O GOVERNO DO PAÍS DIFICULTA A ABERTURA DO SEU NEGOCIO ?	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
12	QUAL A SUA FAIXA DE RENDA EM QUANTIDADE DE SALARIOS MINIMO ---ATÉ 3--- ---ENTRE 3 E 6--- ---MAIS DE 6--- ?	→	<input type="text"/>	
13	CASO VOCÊ JÁ TENHA SEU PROPRIO NEGOCIO, VOCE ACREDITA QUE O SEU PRODUTO É UMA NOVIDADE NO MERCADO ?	→	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>

OBRIGADO !